

PGE RS

CADERNO DE EXERCÍCIOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA
PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGENTE ADMINISTRATIVO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante da prova e normas que regem este Concurso Público.

1. Verifique se este caderno possui 12 páginas, contendo **50 questões, numeradas de 01 a 50**. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a substituição do mesmo.
2. Cada questão oferece 5 alternativas de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas uma delas a resposta correta. Assinale a grade de respostas com caneta tipo esferográfica **azul ou preta**.
3. O tempo para realização da prova é de 4 horas, incluindo o preenchimento da grade de respostas. O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova após 2 horas de seu início. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata.
4. O candidato não poderá efetuar qualquer tipo de consulta.
5. Nenhuma informação sobre as instruções e/ou conteúdo das questões será dada pelo fiscal, pois são parte integrante da prova.
6. No caderno de prova, o candidato poderá fazer anotações.
7. O gabarito e as notas serão divulgados no dia 09/04/2014, nos sítios www.pge.rs.gov.br e www.fundatec.org.br.



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

01 Um grupo formado por alguns dos maiores empresários de Israel lançou uma campanha pública em
 02 que defendem um tratado de paz com os palestinos. Eles sustentam que um acordo com os rivais históricos
 03 seria vantajoso economicamente para os dois lados envolvidos no conflito. O grupo, denominado BTI, sigla
 04 de Breaking the Impasse ("Rompendo o Impasse"), publicou anúncios de páginas inteiras nos principais
 05 jornais israelenses e também colocou cartazes em locais estratégicos das maiores cidades do país. "Bibi,
 06 sem um acordo não conseguiremos reduzir o custo de vida. Só você pode", diz um dos cartazes, dirigido ao
 07 primeiro-ministro Binyamin "Bibi" Netanyahu.

08 "A campanha é totalmente financiada pelos empresários, que são responsáveis por uma grande
 09 parcela do PIB de Israel", disse Tal Speer, seu porta-voz, ___ BBC Brasil. De acordo com ele, a campanha
 10 é "inédita". "Esta é a primeira vez em que grandes empresários israelenses se organizam e se manifestam
 11 publicamente para convencer a sociedade e o governo de que a paz é necessária para a prosperidade do
 12 país", afirmou. Os anúncios veiculados nos jornais apresentam um abaixo-assinado com os nomes dos
 13 executivos e de suas respectivas empresas, exortando ___ liderança política do país e o público a
 14 "aproveitar a janela de oportunidades, que foi aberta para nós, para chegar a um acordo que ponha fim ao
 15 conflito": a campanha ocorre em meio ___ negociações de paz mediadas pelo secretário de Estado
 16 americano, John Kerry, que deverá apresentar nas próximas semanas um esboço do acordo para a
 17 avaliação dos líderes israelenses e palestinos. A aproximação desse momento, considerado crucial no
 18 chamado processo de paz, eleva a tensão no país. Partidos de extrema-direita vêm organizando
 19 manifestações contra o acordo e contra a retirada de Israel dos territórios ocupados.

20 A proposta dos empresários israelenses também causou surpresa porque, tradicionalmente, a
 21 defesa de um acordo de paz – e da retirada de colonos judeus de territórios palestinos – é uma bandeira
 22 política associada a grupos de esquerda. "O BTI não é um grupo de esquerda, não é um movimento
 23 político, nossa mensagem é dirigida a todos os setores da sociedade", ressalva Speer. "Todas as pesquisas
 24 de opinião indicam que a maioria dos israelenses apoia um acordo de paz baseado no princípio da
 25 coexistência dos dois Estados. Os argumentos econômicos, que tiveram pouco destaque no passado,
 26 podem fortalecer o apoio do público ao acordo", acrescentou.

Guila Flint, "Com argumento econômico, empresários de Israel defendem paz com palestinos",
 BBC Brasil online, 18/02/2014. (385 palavras)

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 09, 13 e 15.

- A) a – a – à
- B) a – à – à
- C) à – a – a
- D) à – à – a
- E) a – a – a

QUESTÃO 02 – Considere as seguintes assertivas:

- I. Em "**não conseguiremos**" (l.06), "nós" significa todos os israelenses.
- II. Em "**para nós**" (l.14), "nós" significa os empresários que promovem a campanha.
- III. Em "**nossa mensagem**" (l.23), "nós" significa todos os israelenses.

Quais estão de acordo com o texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 03 – Assinale a alternativa cuja afirmação NÃO está de acordo com o texto.

- A) Um grupo de empresários israelenses acredita que um acordo de paz com os palestinos seria benéfico para a economia de Israel.
- B) Segundo o porta-voz do grupo, a campanha é inédita porque é a primeira vez que empresários israelenses dizem publicamente que a paz pode trazer prosperidade.
- C) A campanha dirige-se às lideranças políticas e à opinião pública israelense e procura tirar proveito das negociações de paz sob mediação dos Estados Unidos.
- D) A campanha defende posições que tradicionalmente são de esquerda, e por isso grupos de extrema-direita vêm organizando manifestações contra ela.
- E) O acordo de paz é tradicionalmente defendido por grupos de esquerda; além disso, as pesquisas de opinião indicam que também é apoiado pela maioria dos israelenses.

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa em que a expressão indicada está INCORRETAMENTE associada àquilo a que se refere.

- A) **Eles** (I.02) – o grupo de empresários israelenses.
- B) **os rivais históricos** (I.02) – os palestinos.
- C) **(pel)os empresários** (I.08) – o grupo de empresários responsáveis pela campanha.
- D) **a janela de oportunidades** (I.14) – as negociações de paz mediadas por John Kerry.
- E) **(d)esse momento** (I.17) – o início das negociações mediadas por John Kerry.

QUESTÃO 05 – Considere as seguintes propostas de alteração de ordem de expressões do texto:

- I. deslocamento de **economicamente** (I.03) para imediatamente depois de **envolvidos** (I.03).
- II. deslocamento de **também** (I.05) para imediatamente antes de **das maiores cidades** (I.05).
- III. deslocamento de **nas próximas semanas** (I.16) para imediatamente antes de **deverá** (I.16).

Quais propostas conservam o sentido do trecho original no texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Qual alternativa apresenta as substituições mais adequadas para as formas verbais **seria** (I.03), **ponha** (I.14) e **deverá** (I.16), conservando seu sentido no texto?

- A) poderia ser – consiga pôr – comprometeu-se a
- B) será – porá – vai
- C) será – consiga pôr – comprometeu-se a
- D) poderia ser – porá – vai
- E) poderia ser – porá – comprometeu-se a

QUESTÃO 07 – Considere as propostas de alteração de sinais de pontuação no texto:

- I. Eliminação das vírgulas que delimitam **John Kerry**, na linha 16.
- II. Eliminação dos travessões da linha 21.
- III. Substituição da vírgula da linha 22 e da primeira vírgula da linha 23 por sinais de ponto-e-vírgula.

Quais propostas são corretas gramaticalmente e não afetam significativamente o sentido original do texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 08 – Quais são as formas de plural gramaticalmente corretas dos compostos **porta-voz** (I.09), **abaixo-assinado** (I.12) e **extrema-direita** (I.18)?

- A) portas-vozes – abaixos-assinados – extremas-direitas.
- B) porta-vozes – abaixo-assinados – extremas-direitas.
- C) porta-vozes – abaixos-assinados – extremas-direitas.
- D) portas-vozes – abaixos-assinados – extrema-direitas.
- E) porta-vozes – abaixo-assinados – extrema-direitas.

QUESTÃO 09 – Considere as seguintes afirmações sobre a reescrita de trechos do texto:

- I. A substituição de **defendem** (I.02) por **argumentam a favor de** não exigiria outras alterações no período.
- II. A substituição de **são responsáveis por** (I.08) por **se atribui a responsabilidade por** não exigiria outras alterações no período.
- III. A substituição de **deverá apresentar** (I.16) por **se espera** exigiria a substituição do pronome relativo **que** (I.16) por **de quem**.

Quais são corretas gramaticalmente?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 10 – Considere os seguintes usos no texto dos sinais de aspas:

- I. “Rompendo o Impasse” (I.04).
- II. “Bibi, sem um acordo não conseguiremos reduzir o custo de vida. Só você pode” (I.05-06).
- III. (...) a campanha é “inedita” (I.09-10).

Quais usos podem ser considerados expressão de “ênfase” no texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

TEXTO 2

01 O meu antigo companheiro de pensão Amadeu Amaral Júnior, um homem louro e fornido, tinha
 02 costumes singulares que espantavam os outros hóspedes. Vestia-se com sobriedade: usava uma cueca
 03 preta e calçava medonhos tamancos barulhentos. Fora isso, o que tinha em cima do corpo era a barba,
 04 desenvolvida economicamente, uma barba enorme. Parecia um troglodita. O homem alimentava-se mal,
 05 espichava-se na cama, roncava o dia inteiro; passava as noites acordado, passeando agitado, fazendo o
 06 soalho ranger, o que provocava a indignação dos outros pensionistas. Quando ficava cansado, sentava-se a
 07 uma grande mesa ao fundo da sala e escrevia o resto da noite. Leu um tratado de psicologia e trocou-o em
 08 miúdos, isto é, reduziu-o a artigos, uns quarenta, que projetou meter em revistas e jornais e com o produto
 09 vestir-se, _____ uma casa diferente daquela e pagar ao barbeiro.

10 Mudamo-nos, separamo-nos, perdemo-nos de vista. Creio que os artigos de psicologia não foram
 11 publicados, pois há algum tempo li este anúncio num semanário: "Intelectual desempregado. Amadeu
 12 Amaral Júnior, em estado de desemprego, aceita esmolas, donativos, roupa velha, pão dormido. Também
 13 aceita trabalho." O anúncio não produziu nenhum efeito, é o que, meses depois, nos declara Amadeu
 14 Amaral Júnior: "Minha situação continua preta. Reitero o apelo às almas bem formadas: deem de comer a
 15 quem tem fome, fome atávica, milenária. Deem-me trabalho." E, catalogando suas habilidades: "Escrevo
 16 poesias, crônicas, contos (policiais, psicológicos, de aventura, de mistério), novelas, discursos,
 17 conferências. Sei inglês, francês, italiano, espanhol e um bocado de alemão. Deem-me trabalho pelo amor
 18 de Deus ou do diabo."

19 De literato brasileiro não conheço página mais sincera e razoável que essa. Ao ler o pedido de
 20 roupa velha e pão duro, fiquei meio escandalizado; mas, refletindo, concluí que o meu velho companheiro
 21 procedia com acerto. E agora, completamente solidário com ele, admiro a exposição que nos faz das suas
 22 aptidões e lamento que não as utilizem. Muita gente se espanta com seu procedimento. Não sei _____.
 23 Os fabricantes anunciam os seus produtos, e os sujeitos desempregados costumam, desde que ____ jornais,
 24 dizer neles para que servem. Por que apenas o articulista, precisamente o indivíduo capaz de arrumar
 25 algumas linhas com decência, deve calar-se? Todos os jornalistas necessitados deviam seguir o exemplo
 26 dele. O anúncio, pois não. E, em duros casos, a propaganda oral, numa esquina, aos gritos. Exatamente
 27 como quem vende pomada para calos.

Graciliano Ramos, "Um amigo em talas", extraído do livro Linhas tortas, Editora Record - Rio de Janeiro, 1983, pág. 125. (392 palavras)

QUESTÃO 11 – Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 09, 22 e 23.

- A) abitar – porquê – à
- B) habitar – porque – a
- C) abitar – por quê – há
- D) habitar – por quê – há
- E) abitar – porquê – a

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que apresenta as substituições mais adequadas para as expressões **sobriedade** (l.02), **economicamente** (l.04) e **um bocado** (l.17)?

- A) austeridade – por economia – um tanto
- B) discrição – com economia – um tanto
- C) austeridade – com economia – um pouquinho
- D) austeridade – por economia – um pouquinho
- E) discrição – com economia – um pouquinho

QUESTÃO 13 – Assinale a alternativa cuja afirmação NÃO está de acordo com o texto.

- A) Amadeu Amaral Júnior tinha "costumes singulares", que incluíam uma rotina diária de trabalho diferente das pessoas comuns.
- B) Entre estes "costumes singulares", o que provocava a indignação dos hóspedes da pensão era que Amadeu Amaral Júnior alimentava-se mal e dormia o dia inteiro.
- C) Amadeu Amaral Júnior era um escritor, mas procurava ganhar a vida por vários meios; por exemplo, tentava publicar textos em revistas e oferecia-se para redigir discursos e conferências.
- D) Amadeu Amaral Júnior passou por dificuldades tentando obter um emprego, tendo chegado, pelo menos duas vezes, a implorar publicamente por comida e emprego.
- E) Os anúncios de Amadeu Amaral Júnior espantaram muitas pessoas, pois escritores e jornalistas não costumam "vender" seus serviços como produtos.

QUESTÃO 14 – Em vários trechos do texto, Graciliano recorre a elementos como o gracejo, o trocadilho, a ironia, para reforçar o caráter cômico da história. Assinale a alternativa em que NÃO há um elemento de comicidade.

- A) “Vestia-se com sobriedade: usava uma cueca preta e calçava medonhos tamancos barulhentos” (I.02-03).
- B) “o que tinha em cima do corpo era a barba, desenvolvida economicamente, uma barba enorme” (I.03-04).
- C) “Mudamo-nos, separamo-nos, perdemo-nos de vista” (I.10).
- D) “Deem-me trabalho pelo amor de Deus ou do diabo” (I.17-18).
- E) “O anúncio, pois não. E, em duros casos, a propaganda oral, numa esquina, aos gritos. Exatamente como quem vende pomada para calos” (I.26-27).

QUESTÃO 15 – Considere as relações de referência abaixo; nelas, explicita-se o sujeito – isto é, o ser ou a coisa que pratica a ação – da forma verbal correspondente no texto.

- I. “(nos) faz” (I.21) – Amadeu Amaral Júnior.
- II. “(não as) utilizem” (I.22) – as pessoas.
- III. “(para que) servem” (I.24) – os jornais.

Quais as relações corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 16 – Assinale a alternativa que apresenta as substituições mais adequadas para as conjunções **quando** (I.06), **pois** (I.11) e **mas** (I.20), respectivamente.

- A) se – e – porém
- B) como – porque – e
- C) se – porque – porém
- D) como – e – e
- E) se – porque – e

QUESTÃO 17 – Se **O homem** (I.04) fosse flexionado para o plural (**os homens**), quantas outras palavras do mesmo período teriam de ser flexionadas para o plural em razão de concordância sintática?

- A) Cinco.
- B) Seis.
- C) Sete.
- D) Oito.
- E) Nove.

QUESTÃO 18 – Considere as seguintes propostas de inserção de conectivos no texto (com as devidas alterações de maiúsculas para minúsculas):

- I. Inserção de **Por isso** seguido de vírgula antes de **O homem** (I.04).
- II. Inserção de **Por isso** seguido de vírgula antes de **Reitero** (I.14).
- III. Inserção de **Mas** antes de **Não sei** (I.22).

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 19 – Assinale a alternativa em que a palavra do texto é um substantivo formado por derivação a partir de outro substantivo.

- A) **barulhentos** (I.03).
- B) **indignação** (I.06).
- C) **barbeiro** (I.09).
- D) **brasileiro** (I.19).
- E) **fabricantes** (I.23).

QUESTÃO 20 – Considere as seguintes assertivas a respeito de palavras do texto:

- I. **hóspedes** (I.02), **atávica** (I.15), **crônicas** (I.16).
- II. **anúncio** (I.11), **milenária** (I.15), **decência** (I.25).
- III. **é** (I.13), **às** (I.14), **inglês** (I.17).

Em quais delas, todas as palavras são acentuadas em virtude da mesma regra ortográfica?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

TEXTO 3

01 Há 50 anos a Marcha de Washington causava profunda apreensão no governo e na mídia dos
 02 Estados Unidos. O evento, promovido pelo movimento dos direitos civis, pretendia dar apoio a um projeto
 03 de lei em que se baniu a discriminação em locais públicos, na educação e no emprego, encaminhado ao
 04 Congresso pelo próprio presidente John F. Kennedy. Mas o sonho de convivência integrada entre cidadãos
 05 negros e brancos projetava-se, naquele momento, como pesadelo para o governo. O movimento crescera, e
 06 o temor da presidência, então em mãos dos Democratas, era que a escalada da violência atingisse um
 07 ponto incontrolável, o que seria prejudicial para o futuro político do partido e para a aclamada democracia
 08 norte-americana, em plena tensão da Guerra Fria.

09 O ano de 1963, que mal chegava à sua primeira metade, havia sido especialmente quente, com
 10 cerca de 900 manifestações antirracistas em mais de 100 cidades, mais de 20 mil prisões e ao menos 10
 11 mortes. A princípio restritas aos estados sulistas, onde _____ desde o final do século 19 um sistema
 12 formal de segregação racista em escolas, transportes e locais públicos em geral, as manifestações
 13 começavam a ganhar as cidades do norte, onde _____ práticas racistas informais e encobertas nas
 14 mais diversas instituições sociais. Diante do crescimento das manifestações, Kennedy chegou a se reunir
 15 com líderes do movimento dos direitos civis para pedir o cancelamento da marcha. Mas Martin Luther King,
 16 Jr., ministro de uma igreja batista de Atlanta, já havia obtido o reconhecimento, por parte das bases e
 17 lideranças do movimento, de que já não se podia mais esperar.

18 Afinal, desde 1954, quando a Suprema Corte julgara inconstitucional a segregação racista nas
 19 escolas, o movimento dos direitos civis lutava para assegurar o cumprimento da medida, além de pressionar
 20 no sentido da desmontagem de todo o sistema segregacionista. Em 1963, o movimento atingiu o auge em
 21 Birmingham, Alabama, em meio a episódios de violência policial contra manifestantes, _____ da prisão
 22 de King e de inúmeros militantes. As fotos que circularam na mídia contribuíram para firmar uma imagem
 23 vergonhosa da democracia norte-americana: policiais com cassetetes instigavam cães contra manifestantes
 24 negros, enquanto a Ku Klux Klan lançava bombas nas casas de líderes do movimento e cometia outras
 25 atrocidades contra pessoas negras. Não é difícil, portanto, imaginar por que o discurso de Martin Luther
 26 King – “Eu tenho um sonho” –, proferido ao final da Marcha de Washington, em 28 de agosto de 1963,
 27 causou tanto impacto nos cerca de 250 mil manifestantes e no público televisivo americano.

Adaptado de: Celia Marinho de Azevedo, “O sonho de Martin Luther King”,
 revista Ciências Hoje online, 15/01/2014. (415 palavras)

QUESTÃO 21 – Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 11, 13 e 21.

- A) se implantara – se encontrava – seguidos
- B) se implantaram – se encontravam – seguidos
- C) se implantaram – se encontravam – seguida
- D) se implantara – se encontrava – seguida
- E) se implantara – se encontravam – seguidos

QUESTÃO 22 – Considere as relações abaixo entre expressão do texto e aquilo a que refere:

- I. **O movimento** (l.05) – a Marcha de Washington.
- II. **(d)o partido** (l.07) – o Partido Democrata.
- III. **(d)a medida** (l.19) – a segregação racista nas escolas.

Quais as relações corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 23 – Assinale a alternativa cuja afirmação está de acordo com o texto.

- A) O governo norte-americano do presidente John F. Kennedy era a favor da discriminação racial em locais públicos, na educação e no emprego.
- B) O governo temia que as manifestações pelos direitos civis pudesse elevar a tensão da Guerra Fria a um ponto incontrolável.
- C) O movimento dos direitos civis, nos Estados Unidos, teve início em 1963, quando ocorreram cerca de 900 manifestações antirracistas em mais de 100 cidades.
- D) Embora apenas os estados do Sul apresentassem um sistema formal de segregação racial, também havia discriminação contra os negros no Norte americano.
- E) Kennedy tentou convencer os líderes do movimento pelos direitos civis a cancelar a Marcha; mas, com a prisão de Martin Luther King, eles decidiram mantê-la.

QUESTÃO 24 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando a cada parágrafo do texto o elemento temático que ele descreve:

Coluna 1

1. Primeiro parágrafo.
2. Segundo parágrafo.
3. Terceiro parágrafo.

Coluna 2

- () Clímax das manifestações antirracistas.
- () Razões da apreensão do governo americano.
- () Crescimento das manifestações antirracistas.

A alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3.
- B) 1 – 3 – 2.
- C) 3 – 1 – 2.
- D) 3 – 2 – 1.
- E) 2 – 3 – 1.

QUESTÃO 25 – Assinale a alternativa apresenta as substituições mais adequadas para **bania** (I.03), **aclamada** (I.07) e **formal** (I.12), respectivamente.

- A) condenava – invejada – protocolar
- B) condenava – elogiada – protocolar
- C) condenava – invejada – oficial
- D) proibia – invejada – protocolar
- E) proibia – elogiada – oficial

QUESTÃO 26 – Considere as seguintes afirmações:

- I. Embora o governo americano, em virtude de considerações políticas circunstanciais, não desejasse a realização da Marcha de Washington, era sensível às demandas do movimento pelos direitos civis.
- II. Não só havia um sistema formal de discriminação racial estabelecido nos estados do Sul, como esse sistema havia sido reconhecido pela Suprema Corte norte-americana.
- III. O discurso de Martin Luther King, na Marcha de Washington, teve grande impacto nacional porque ele havia convencido as lideranças e as bases do movimento dos direitos civis de que sua causa não podia mais esperar.

Quais são afirmações autorizadas pela interpretação do texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 27 – Considere o trecho abaixo, extraído do texto, e as três propostas para reescrevê-lo:

(...) o temor da presidência (...) era que a escalada da violência atingisse um ponto incontrolável, o que seria prejudicial para o futuro político do partido e para a aclamada democracia norte-americana (...) (I.06-08).

- I. (...) o temor da presidência (...) era que a escalada da violência pudesse atingir um ponto incontrolável; isso poderia ser prejudicial não apenas para o futuro político do partido, mas também para a aclamada democracia norte-americana (...)
- II. (...) o temor da presidência (...) era que a escalada da violência viesse a atingir um ponto incontrolável; isso viria a ser prejudicial tanto para o futuro político do partido quanto para a aclamada democracia norte-americana
- III. (...) o temor da presidência (...) era que a escalada da violência tivesse atingido um ponto incontrolável; o que não apenas teria sido prejudicial para o futuro político do partido mas também para a aclamada democracia norte-americana (...)

Quais propostas são gramaticalmente corretas e conservam o sentido do texto original?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 28 – Considere as seguintes propostas de alteração da colocação de pronomes átonos no texto:

- I. **em que se bania** (I.03): em que bania-se.
- II. **chegou a se reunir** (I.14): chegou a reunir-se.
- III. **já não se podia mais esperar** (I.17): já não podia-se mais esperar.

Quais propostas são gramaticalmente corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 29 – Qual das seguintes propostas de alteração dos sinais de pontuação do texto seria correta e não alteraria o sentido original dos trechos em que estão inseridas?

- A) Eliminação da vírgula que segue **no emprego**, na linha 03.
- B) Eliminação das vírgulas que delimitam **que mal chegava à sua primeira metade**, na linha 09.
- C) Eliminação da vírgula que segue **estados sulistas**, na linha 11.
- D) Substituição do ponto final que segue **cancelamento da marcha**, na linha 15, por vírgula (com a devida alteração de maiúscula por minúscula).
- E) Substituição dos dois-pontos que seguem **democracia norte-americana**, na linha 23, por ponto-e-vírgula.

QUESTÃO 30 – Considere as seguintes formas verbais acompanhadas do pronome **se**:

- I. **em que se bania** (l.03).
- II. **projetava-se** (l.05).
- III. **se reunir** (l.14).

Quais formas poderiam ser corretamente convertidas em uma passiva analítica, conservando o sentido original do texto?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31 – Conforme a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, qual das seguintes atribuições NÃO compete à Procuradoria-Geral do Estado:

- A) A representação judicial e a consultoria jurídica do Estado.
- B) Pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração estadual.
- C) Promover a defesa do Governador e Secretários de Estado perante os Tribunais de Contas do Estado e da União.
- D) Promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado.
- E) Realizar processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei, emitindo pareceres nos que forem encaminhados à decisão final do Governador.

QUESTÃO 32 – Conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- I. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- II. As funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- III. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 33 – Conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- I. Os atos de improbidade administrativa poderão importar a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, quando possível.
- II. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 34 – Conforme a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que:

- I. Os cargos em comissão serão organizados em carreira.
- II. A realização de curso, mesmo que não guarde correlação direta e imediata com as atribuições do cargo exercido, constituirá critério de evolução na carreira.
- III. O pessoal dos serviços auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado será organizado em carreira, com quadro próprio, sujeito ao regime estatutário e recrutado exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 35 – Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994, são formas de provimento de cargo público:

- I. Recondução.
- II. Readmissão.
- III. Aproveitamento.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 36 – Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994, a vacância do cargo decorrerá de:

- I. Readmissão.
- II. Recondução.
- III. Reversão.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 37 – A participação dos negros em igualdade de condições na vida social, econômica e cultural do Estado do Rio Grande do Sul, consoante o que estipula a Lei Estadual nº 13.694/2011 – Estatuto Estadual da Igualdade Racial –, será promovida através das seguintes medidas, dentre outras, que assegurem:

- I. O reconhecimento e a valorização da composição pluriétnica da sociedade sul-riograndense, resgatando a contribuição dos negros na história, na cultura, na política e na economia do Rio Grande do Sul.
- II. As políticas públicas, os programas e as medidas de ação afirmativa, combatendo especificamente as desigualdades raciais que atingem as mulheres negras.
- III. O resgate, a preservação e a manutenção da memória histórica legada à sociedade gaúcha pelas tradições e práticas socioculturais negras.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 38 – Conforme a Lei Estadual nº 13.694/2011 – Estatuto Estadual da Igualdade Racial –, é correto afirmar que:

- I. O Estado deve promover o acesso dos negros ao ensino gratuito, às atividades esportivas e de lazer e apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social desta parcela da população.
- II. Nas datas comemorativas de caráter cívico e religioso, as instituições de ensino públicas e privadas deverão inserir nas aulas dados históricos sobre a participação dos negros nos fatos comemorados.
- III. As instituições de ensino deverão respeitar a diversidade racial quando promoverem debates, palestras, cursos ou atividades afins, convidando negros, entre outros, para discorrer sobre os temas apresentados.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I
- B) Apenas II
- C) Apenas III
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 39 – Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994, NÃO é dever do servidor:

- A) Atender com presteza o público em geral, prestando toda e qualquer informação requerida.
- B) Zelar pela economia do material que lhe for confiado e pela conservação do patrimônio público.
- C) Ser leal às instituições a que servir.
- D) Ser assíduo e pontual ao serviço.
- E) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

QUESTÃO 40 – Conforme a Lei Complementar nº 10.098/1994, é correto afirmar que ao servidor público é proibido:

- I. Atender pessoas na repartição para tratar de interesses particulares, exceto se autorizado pelo superior hierárquico.
- II. Entregar-se a atividades político-partidárias nas horas e locais de trabalho.
- III. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 41 – Considere as seguintes sentenças:

- I. Está chovendo.
- II. Pedro é médico ou Paula é engenheira.
- III. Faça o seu trabalho em silêncio.
- IV. Quem fez isso?

Analisando as sentenças acima, é correto afirmar que:

- A) Apenas II não é uma proposição.
- B) Apenas I e II são proposições.
- C) Apenas I e III não são proposições.
- D) I, III e IV não são proposições.
- E) I, II e III são proposições.

QUESTÃO 42 – Dada a proposição composta "Se Antônio sair de casa, ele irá jogar futebol.", identifique, dentre as alternativas a seguir, aquela que a torna falsa.

- A) "Antônio saiu de casa" é falso.
- B) "Antônio saiu de casa" é verdade.
- C) "Antônio foi jogar futebol" é falso.
- D) "Antônio saiu de casa" é falso, e "Antônio foi jogar futebol" é falso.
- E) "Antônio saiu de casa é verdade", e "Antônio foi jogar futebol" é falso.

Para responder à questão 43, tome como base a seguinte Tabela-Verdade:

| | I | II | III | IV | V | VI | VII | VIII |
|---|---|----|----------|----------|-------------------|-------------------|-------------------------|-----------------|
| | p | q | $\sim p$ | $\sim q$ | $p \rightarrow q$ | $p \wedge \sim q$ | $\sim(p \wedge \sim q)$ | $\sim p \vee q$ |
| 1 | V | V | F | F | V | F | V | V |
| 2 | V | F | F | V | F | V | F | F |
| 3 | F | V | V | F | V | F | V | V |
| 4 | F | F | V | V | V | F | V | V |

QUESTÃO 43 – Considerando a Tabela-Verdade acima, pode-se afirmar que:

- A) As colunas III e VI são contradições.
- B) As colunas V e VII são tautologias.
- C) As colunas VI e VIII são equivalentes.
- D) As colunas V, VII e VIII são equivalentes.
- E) As colunas IV, V, VI e VII são contingências.

QUESTÃO 44 – Considerando-se que a proposição “a prova é longa” é verdadeira e que a proposição “ele não terminou a prova” é falsa, então NÃO é verdade que:

- A) Se a prova é longa, então ele não terminou a prova.
- B) Ou ele terminou a prova, ou a prova não é longa.
- C) Se a prova não é longa, então ele não terminou a prova.
- D) Se ele não terminou a prova, então a prova não é longa.
- E) A prova é longa, ou ele não terminou a prova.

QUESTÃO 45 – Sejam as definições de categorias Ax : x é aluno, Bx : x é bom em Lógica, Sx : x tem sucesso no concurso. Uma simbolização para “Todo aluno que é bom em Lógica, tem sucesso no concurso.” é

- A) $\forall x ((Ax \rightarrow Bx) \rightarrow Sx)$.
- B) $\forall x ((Ax \wedge Bx) \rightarrow Sx)$.
- C) $\forall x (Ax \wedge (Bx \rightarrow Sx))$.
- D) $\forall x ((Ax \rightarrow Bx) \wedge Sx)$.
- E) $\forall x ((Ax \wedge Bx) \wedge Sx)$.

QUESTÃO 46 – Dada a proposição “Se Carla é professora, então Maria é secretária”, uma proposição equivalente é

- A) “Carla é professora e Maria é secretária”.
- B) “Se Maria é secretária, então Carla é professora”.
- C) “Se Maria não secretária, então Carla não é professora”.
- D) “Maria é secretária se, e somente se, Carla é professora”.
- E) “Se Carla não é professora, então Maria não é secretária”.

QUESTÃO 47 – A negação da sentença “Todos os quadriláteros são retângulos.” é:

- A) “Todos os quadriláteros não são retângulos.”
- B) “Nenhum quadrilátero é retângulo.”
- C) “Existe quadrilátero que é retângulo.”
- D) “Existe quadrilátero que não é retângulo.”
- E) “Todos os quadriláteros são quadrados.”

QUESTÃO 48 – Uma turma de uma escola de nível fundamental é constituída por 6 meninos e 8 meninas. Durante o recreio, formam-se duplas para disputar partidas de ping-pong. Quantas duplas com crianças do mesmo gênero é possível formar?

- A) 12.
- B) 24.
- C) 43.
- D) 48.
- E) 96.

QUESTÃO 49 – Alberto protegeu um importante arquivo de computador por uma senha de 4 algarismos distintos, mas não se lembra exatamente dessa senha. Ele sabe apenas que o último algarismo é a metade do primeiro. Para abrir o arquivo, o número máximo de tentativas diferentes que Alberto deverá fazer é igual a

- A) 90.
- B) 112.
- C) 168.
- D) 212.
- E) 224.

QUESTÃO 50 – Dividindo-se o número de anagramas da palavra PARANAPIACABA pelo número de anagramas da palavra FLORIANÓPOLIS, obtém-se uma fração equivalente a (despreze os acentos).

- A) $1/60$.
- B) $1/30$.
- C) $1/20$.
- D) $2/15$.
- E) $3/20$.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EQUIPE DE CONCURSOS E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL Nº 08/2014

**VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS
AUXILIARES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

O Procurador-Geral do Estado, no uso de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1 – O gabarito oficial das provas objetivas, realizadas em 06/04/2014, conforme segue:

| 01 – Agente Administrativo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| C | A | D | E | B | A | D | B | E | C | D | A | B | C | D | C | B | E | C | D | E | B | D | C | E |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| A | C | B | D | A | C | D | B | C | D | B | E | D | A | D | B | E | D | A | B | C | D | C | E | A |

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Segurança da informação nas empresas: diferenças entre educar, treinar e conscientizar

01 Quando se fala em segurança da informação nas empresas, ter pessoas competentes e prontas
02 para encarar ___ ameaças do dia ___ dia com esperteza e responsabilidade é a sua primeira linha
03 de defesa. O elo mais fraco de um plano de segurança é sempre o fator humano, ou seja, o
04 usuário, pois não ___ nenhuma tecnologia, nenhum tipo de software que possa impedir o deslize
05 de um funcionário desatento. Por isso, uma forte segurança da informação nas empresas depende
06 da capacitação dos colaboradores para executar suas funções de maneira, de fato, segura.

07 Nem todos os colaboradores, contudo, precisam ter o mesmo nível de conhecimento de
08 segurança, o que torna fundamental que se entenda a diferença entre educação, treinamento e
09 conscientização. Para isso, vamos promover uma analogia. A maior parte das pessoas que você
10 conhece provavelmente gosta de ir à praia. De fato, é uma atividade muito comum para muitas
11 pessoas e que exige diversos cuidados: passar filtro solar, manter-se hidratado, e, principalmente,
12 ter atenção ao mar. Quem nunca foi à praia ou não convive com esse ambiente de forma habitual
13 pode não entender como o mar é – além de muito atrativo – perigoso. Talvez essa pessoa também
14 não saiba quais são os cuidados a serem tomados, de modo que pode acabar correndo riscos
15 desnecessários. Já alguém que esteja mais habituado e conheça ao menos um pouco sobre os
16 perigos de um mar revolto sabe o que significa a bandeira vermelha, e, idealmente, sabe
17 identificar quando é seguro se divertir e se refrescar nas ondas e quando é melhor se manter na
18 segurança da areia. Essa pessoa que tem uma noção sobre como se relacionar com o mar é uma
19 pessoa que tem consciência sobre os perigos que **ele** pode apresentar e como identificá-los.
20 Conscientização, portanto, é um estado constante de estar ciente das ameaças que existem, como
21 identificá-las e como evitar ser uma vítima.

22 Do ponto de vista da segurança da informação nas empresas, um colaborador plenamente
23 conscientizado conhece as boas práticas para não se encontrar no centro de um incidente de
24 vazamento de informações. **Ele** sabe como se prevenir contra ameaças de hackers, bem como
25 identificar o perigo em potencial, mesmo que não entenda todos os detalhes por trás de cada
26 prática de cunho deletério a sua atividade profissional.

27 Quando falamos de segurança da informação, alguém não conscientizado pode clicar em links
28 suspeitos, abrir anexos indesejados, tirar fotos reveladoras de algo confidencial no ambiente de
29 trabalho e até submeter credenciais em formulários fraudulentos. Cada uma dessas ações gera
30 incidentes de segurança da informação. Para lidar com determinadas ameaças e incidentes, uma
31 pessoa precisa estar treinada, seja para responder rapidamente ou até mitigar danos.
32 Treinamento, então, consiste no desenvolvimento de competências necessárias à execução de
33 uma atividade ou função. Em se tratando de segurança da informação nas empresas, alguns
34 profissionais precisam de conhecimento e competências um nível acima do alcançado com a
35 conscientização. Da mesma forma que uma pessoa pode ter sido treinada por um curso de
36 primeiros socorros ou salvamento para executar alguns passos e conter ou amenizar um incidente,
37 alguém treinado para segurança da informação saberá operar controles, técnicas, e atuar com
38 gerenciamento de risco e política de segurança.

39 A educação, por outro lado, está associada a um corpo de conhecimento formado por um
40 conjunto de competências, capacidades e entendimento teórico adequados a diversas funções.
41 Idealmente, a educação aborda conceitos, princípios e questões de maneira multidisciplinar, sob
42 vários pontos de vista e abordagens, envolvendo aspectos não só tecnológicos do assunto
43 estudado, como também sociais. As pessoas que são educadas são os profissionais e especialistas.
44 Na analogia que vínhamos tecendo, alguém que tem uma educação para lidar com incidentes na
45 praia e no mar pode ser um profissional de salvamento, como um bombeiro ou salva-vidas, ou até
46 paramédicos, em oposição a uma pessoa apenas treinada em salvamento ou primeiros socorros.

Texto adaptado especialmente para esta prova. Disponível em:
<https://www.proof.com.br/blog/seguranca-da-informacao-nas-empresas/>.

QUESTÃO 01 – A respeito da grafia de algumas palavras localizadas no texto, levando-se em conta o seu significado no contexto da frase em que aparecem, considere as seguintes afirmações:

- I. “deslize” (l. 04) está escrita corretamente.
- II. “desnecessários” (l. 15) está escrita corretamente.
- III. “prevenir” (l. 24) está escrita incorretamente, pois o correto é “previnir”.
- IV. “trás” (l. 25) está escrita incorretamente, pois o correto é “traz”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa que apresenta, ao lado da palavra retirada do texto, um termo que semanticamente a substitua de forma correta.

- A) “esperteza” (l. 02) – aspereza.
- B) “desatento” (l. 05) – desalento.
- C) “analogia” (l. 09) – aleivosia.
- D) “atrativo” (l. 13) – atraente.
- E) “deletério” (l. 26) – apagável.

QUESTÃO 03 – As linhas tracejadas situadas no primeiro parágrafo do texto são, respectiva e corretamente, preenchidas com:

- A) as – a – a
- B) às – à – a
- C) as – à – há
- D) às – a – à
- E) as – a – há

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que mostra uma palavra extraída do texto que contém apenas um encontro consonantal.

- A) empresas (l. 01).
- B) detalhes (l. 25).
- C) confidencial (l. 28).
- D) pessoa (l. 31).
- E) socorros (l. 46).

QUESTÃO 05 – Com base exclusivamente no que é expresso pelo texto, é correto afirmar que seu autor:

- A) Esclarece que os colaboradores de uma empresa, sem exceção, necessitam ter o mesmo nível de conhecimento sobre segurança da informação.
- B) Conceitua que conscientização é um estado intermitente de se ter ciência das ameaças de ataques virtuais, sendo indispensável saber identificá-las, bem como evitar ser uma vítima delas.
- C) Sustenta que um colaborador neófito em relação à segurança da informação nas empresas conhece as boas práticas para não se encontrar no centro de um incidente de vazamento de informações.
- D) Salaria que a pessoa que recebe treinamento para segurança da informação aprende a lidar profissionalmente com gerenciamento de riscos e a atuar com política de segurança da informação.
- E) Destaca que a educação aborda conceitos, princípios e questões de maneira unilateral, envolvendo aspectos tecnológicos do assunto estudado.

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa que contém um adjetivo que, por sua formação, é classificado como primitivo.

- A) esperteza (l. 02).
- B) forte (l. 05).
- C) perigoso (l. 13).
- D) habituado (l. 15).
- E) fraudulentos (l. 29).

QUESTÃO 07 – No excerto “Talvez essa pessoa também não saiba quais são os cuidados a serem tomados, de modo que pode acabar correndo riscos”, retirado do texto, se a palavra “pessoa” fosse flexionada no plural, quantas palavras ao todo precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- A) Duas.
- B) Três.
- C) Quatro.
- D) Cinco.
- E) Seis.

QUESTÃO 08 – O termo “portanto” (l. 20), para continuar exprimindo a ideia de conclusão, pode ser substituído pelas seguintes conjunções e locuções conjuntivas:

- I. Porquanto.
- II. Assim.
- III. No entanto.
- IV. Por conseguinte.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 09 – No fragmento “Quando falamos de segurança da informação, alguém não conscientizado pode clicar em links suspeitos, abrir anexos indesejados, tirar fotos reveladoras de algo confidencial no ambiente de trabalho e até submeter credenciais em formulários fraudulentos” retirado do texto, as duas últimas vírgulas foram empregadas para separar:

- A) Elementos paralelos de um provérbio.
- B) Conjunções pospositivas.
- C) Orações justapostas assindéticas.
- D) Adjuntos adverbiais.
- E) Expressões retificativas.

QUESTÃO 10 – Em “O elo mais fraco de um plano de segurança é sempre o fator humano”, retirado do texto, a forma verbal “é”, quanto a sua predicação, assinala a presença, na referida frase, de um verbo:

- A) Intransitivo.
- B) Bitransitivo.
- C) Transitivo direto.
- D) Transitivo indireto.
- E) De ligação.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 15 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

A vida em um dia

01 Um inusitado projeto pediu para que pessoas do mundo todo enviassem vídeos em que
02 contassem sua vida em um dia. O retorno a esse apelo veio na forma de nada menos que 4500
03 horas de imagens registradas por pessoas de mais de 190 nacionalidades. Trata-se de *A vida em*
04 *um dia*, documentário produzido a partir da parceria entre a plataforma de compartilhamento de
05 vídeos YouTube, o diretor Kevin Macdonald e os produtores Ridley e Tony Scott.

06 Pensado a partir de uma ideia simples (conte-nos um dia de sua vida e faça parte de nosso
07 filme), *A vida em um dia* é também um filme simples, porém capaz de levantar algumas reflexões.
08 Editado em ordem cronológica, o documentário mostra pessoas acordando, escovando os dentes,
09 tomando café da manhã, saindo de casa para o trabalho, fazendo o almoço etc., conseguindo
10 captar o que de mais forte há na vida das pessoas: o cotidiano. Por ser tão simplório, à primeira
11 vista o filme pode parecer apenas um compilado de vídeos do YouTube, intercalados com trailers
12 de bons dramas que jamais chegaremos a ver. São cenas simples do cotidiano intercaladas com
13 passagens que se sobressaem (como a do jovem que anuncia sua homossexualidade pelo telefone
14 para a sua avó, ou a cena que se passa em um lar desorganizado e mostra o hábito de um pai
15 viúvo e seu filho pequeno saudarem a imagem da falecida esposa/mãe às manhãs), e personagens
16 que são retomados em mais de um momento, como Okhwan Yoon, coreano que já passou por
17 mais de 190 países em sua grande viagem pelo mundo a bordo de sua bicicleta.

18 Essa aparência à primeira vista vai caindo por terra à medida que montagem, edição e trilha
19 sonora se juntam para transmitir o ritmo da evolução natural do dia, mais lento durante ____
20 primeiras horas do dia ou após o almoço, por exemplo. Além disso, durante o desenvolvimento
21 do filme, algumas curtas e interessantes antologias, como os trechos dedicados ____ nascimentos
22 ou ____ respostas para as perguntas propostas pelos produtores (o que você ama? Do que tem
23 medo? O que tem nos bolsos?), são mostradas e impedem que o espectador encarar o filme como
24 um mero compilado aleatório de vídeos.

25 A montagem bem feita de Joe Walker merece aplausos em determinados instantes, como a
26 parte em que brincadeiras de soldados norte americanos em atividade são seguidas por registros
27 de um homem afegão empenhado em desmistificar a fama negativa de **seu** país; imagens essas
28 que, por sua vez, são alternadas com a preparação de uma mulher para uma video-conferência
29 com o marido, um soldado em atividade e distante devido à guerra. Essa bem-sucedida montagem
30 passa uma das mensagens do filme: mesmo em diferentes culturas e costumes, somos humanos
31 e podemos partilhar de um mesmo contexto, somos todos pessoas diferentes, mas unidos pela
32 humanidade. Em **sua** primeira aparição, o ciclista coreano contribui também para a transmissão
33 dessa mensagem ao se apresentar dizendo que nasceu na Coreia, não importa se na do Sul ou na
34 do Norte, e que está viajando o mundo descobrindo novas culturas e engrandecendo a si mesmo
35 enquanto pessoa.

36 O filme recebeu diversas críticas, entre elas a construção que pouco explora a heterogeneidade
37 de um material tão vasto, assim como a falta de uma diversidade de enfoques que poderiam
38 mostrar o efeito das grandes questões da vida na visão de diferentes culturas. Para muitos, essas
39 críticas se somam ao acabamento impecável e polido, que descaracteriza um pouco o amadorismo
40 da proposta, resultando em um filme profissional com estética amadorística forjada, que mais se
41 assemelha a um grande comercial da raça humana. A partir dessas críticas e retomando as
42 reflexões iniciais levantadas, fica claro que o diretor, em vez de tentar apresentar e questionar as
43 diferenças que dividem a humanidade, escolheu o caminho mais palatável: fazer uma obra que
44 exalta os sentimentos mais belos, harmonizando pessoas, raças, etnias e credos distintos, para
45 mostrar que, antes de qualquer coisa, somos humanos em busca de uma vida digna e nada mais
46 forte que o nosso dia a dia para tentar reproduzir o que somos.

Texto adaptado especialmente para esta prova. Disponível em:
<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&tipo=resenha&edicao=129>

QUESTÃO 11 – A respeito da grafia de algumas palavras localizadas no texto, levando-se em conta o seu significado no contexto das frases em que aparecem, considere as seguintes afirmações:

- I. "homossexualidade" (l. 13) está escrita corretamente.
- II. "expectador" (l. 23) está escrita corretamente.
- III. "norte americanos" (l. 26) está escrita incorretamente, pois o correto é "norte-americanos".
- IV. "video-conferência" (l. 28) está escrita incorretamente, pois o correto é "videoconferência".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que apresenta, ao lado da palavra retirada do texto, um termo que semanticamente a substitua de forma correta.

- A) "inusitado" (l. 01) – insólito.
- B) "simplório" (l. 10) – genioso.
- C) "antologias" (l. 21) – resenhas.
- D) "desmistificar" (l. 27) – restabelecer.
- E) "forjada" (l. 40) – fortuita.

QUESTÃO 13 – As lacunas situadas no terceiro parágrafo do texto são, respectiva e corretamente, preenchidas com:

- A) as – a – as
- B) às – a – às
- C) as – à – às
- D) às – à – as
- E) as – a – às

QUESTÃO 14 – Qual das seguintes palavras extraídas do texto contém um dígrafo que representa vogal nasal?

- A) "imagem" (l. 15).
- B) "ritmo" (l. 19).
- C) "distante" (l. 29).
- D) "partilhar" (l. 31).
- E) "filme" (l. 36).

QUESTÃO 15 – Com base exclusivamente no que é exposto pelo texto, é correto afirmar que seu autor:

- A) Considera complexo o enredo de *A vida em um dia*.
- B) Julga ser o cotidiano o aspecto mais significativo na vida das pessoas.
- C) Encara o filme como um compilado de vídeos destituído de lógica.
- D) Entende ser a mensagem do filme defensora da dissidência da humanidade.
- E) Lembra os elogios recebidos pelo filme por explorar vastamente a heterogeneidade de seu material.

QUESTÃO 16 – As formas verbais "enviassem" e "contassem", situadas no primeiro período do texto, estão devidamente conjugadas na terceira pessoa do plural do:

- A) Presente do modo indicativo.
- B) Pretérito perfeito do modo indicativo.
- C) Pretérito imperfeito do modo indicativo.
- D) Presente do modo subjuntivo.
- E) Pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

QUESTÃO 17 – No excerto “A montagem bem feita de Joe Walker merece aplausos em determinados instantes” (l. 25), se a palavra “montagem” fosse flexionada no plural, quantas palavras ao todo deveriam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- A) Duas.
- B) Três.
- C) Quatro.
- D) Cinco.
- E) Seis.

QUESTÃO 18 – Considerando o contexto em que aparece na construção textual em análise, a locução conjuntiva “à medida que” (l. 18) exprime ideia de:

- A) Comparação.
- B) Oposição.
- C) Alternância.
- D) Proporcionalidade.
- E) Concessão.

QUESTÃO 19 – Os parênteses em destaque no terceiro parágrafo foram utilizados com a intenção de:

- A) Indicar a mudança de interlocutor.
- B) Incluir uma explicação dada.
- C) Fazer sobressair neologismos.
- D) Marcar a hesitação do autor.
- E) Exigir que o leitor supra com a sua imaginação uma ideia não concluída pelo autor.

QUESTÃO 20 – No fragmento “Essa bem-sucedida montagem passa uma das mensagens do filme” (l. 29-30), quanto a sua predicação, “passar” é um verbo:

- A) De ligação.
- B) Transitivo direto.
- C) Transitivo indireto.
- D) Bitransitivo.
- E) Intransitivo.

QUESTÃO 21 – O termo “apelo” (l. 02) é decorrente do processo de formação de palavras denominado derivação:

- A) Prefixal.
- B) Sufixal.
- C) Parassintética.
- D) Regressiva.
- E) Imprópria.

QUESTÃO 22 – Os pronomes “seu” e “sua”, em destaque no quarto parágrafo do texto, estão fazendo referência, respectivamente, a quais elementos?

- A) Joe Walker (l. 25) – montagem (l. 29).
- B) homem afegão (l. 27) – guerra (l. 29).
- C) Joe Walker (l. 25) – ciclista coreano (l. 32).
- D) homem afegão (l. 27) – ciclista coreano (l. 32).
- E) soldados norte americanos em atividade (l. 26) – filme (l. 30).

QUESTÃO 23 – Na frase adaptada do texto “O diretor escolheu o caminho mais palatável”, assinale a alternativa que mostra como ela seria convertida corretamente para a voz passiva analítica.

- A) O caminho mais palatável foi escolhido pelo diretor.
- B) Escolheu-se o caminho mais palatável ao diretor.
- C) O caminho mais palatável escolheu o diretor.
- D) Escolheu-se através do diretor o caminho mais palatável.
- E) O caminho mais palatável escolheu-se através do diretor.

QUESTÃO 24 – Tomando por base o que o texto explicita, observe as seguintes afirmações e a relação proposta entre elas:

- I. O documentário “A vida em um dia” é fruto de um profissionalismo associado a uma estética amadora, assemelhando-se a uma ampla propaganda da raça humana.

PORQUE

- II. Okhwan Yoon cruzou mais de 190 países com sua lancha para desbravar o mundo.

É correto afirmar que:

- A) Ambas as afirmações são falsas.
- B) A primeira afirmação é falsa e a segunda afirmação é verdadeira.
- C) A primeira afirmação é verdadeira e a segunda afirmação é falsa.
- D) Ambas as afirmações são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.
- E) Ambas as afirmações são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.

QUESTÃO 25 – Assinale a alternativa que mostra um trecho extraído do texto que contém uma locução verbal.

- A) Um inusitado projeto pediu para que pessoas do mundo todo enviassem vídeos em que contassem sua vida em um dia (l. 01-02).
- B) O retorno a esse apelo veio na forma de nada menos que 4.500 horas de imagens registradas por pessoas de mais de 190 nacionalidades (l. 02-03).
- C) *A vida em um dia* é também um filme simples, porém capaz de levantar algumas reflexões (l. 07).
- D) À primeira vista o filme pode parecer apenas um compilado de vídeos do YouTube (l. 10-11).
- E) A montagem bem feita de Joe Walker merece aplausos em determinados instantes (l. 25).

LÍNGUA PORTUGUESA

Só 4 amigos do Facebook realmente importam, diz estudo

Por Casey Williams

01 Sua quantidade de amigos no Facebook é uma triste mentira.
02 Ter muitos amigos on-line não significa que você terá mais pessoas para lhe ajudar quando
03 estiver deprimido. Uma pesquisa publicada em janeiro pela revista *The Royal Society Open*
04 *Science* mostra que temos tendência de manter um grupo pequeno de amigos – seja na internet
05 ou na vida real.
06 Robin Dunbar, autor do estudo e psicólogo de Oxford, analisou uma pesquisa com 3.375
07 usuários do Facebook no Reino Unido. Descobriu que, apesar de contar com uma média de 150
08 amigos, essas pessoas procuravam apenas cerca de quatro deles durante uma "crise emocional".
09 Os usuários também buscavam apoio de cerca de 14 amigos devido ___ "empatia" entre eles.
10 As pessoas tendem a ter um número semelhante de amigos próximos na vida real, de
11 acordo com uma pesquisa anterior de Dunbar sobre redes sociais. Por isso, apesar de sites de
12 mídia social como o Facebook expandirem nossas redes on-line, eles na verdade não engrossam
13 nossas fileiras de amigos verdadeiros.
14 É por isso que manter amizades importantes, on-line e off-line, requer muito tempo e
15 esforço mental. "Criar amizades é muito caro em termos de tempo: para manter uma amizade,
16 você tem de investir muito tempo na pessoa, de outra forma a amizade inexoravelmente cairá
17 em qualidade", disse Dunbar ao The Huffington Post por e-mail.
18 Nada sobre as mídias sociais muda esse elemento essencial. Isso não significa que a
19 tecnologia nunca nos permita superar as limitações que _____ os grupos sociais dentro de
20 uma intimidade apenas relativa, diz Dunbar. A tecnologia que consegue aproximar interações
21 cara a cara também pode ter um maior peso na conquista de amigos na vida real.
22 A nova tecnologia "provavelmente precisa envolver visão e toque, porque ambas são
23 centrais em como interagimos uns com os outros (e fazem uma grande diferença em nosso nível
24 de satisfação sobre aquela interação)", Dunbar disse ao HuffPost.
25 As descobertas de Dunbar não significam que as amplas redes sociais não ____ valor. As
26 redes sociais on-line permitem que as pessoas colem informações de um grupo de contatos
27 diverso e amplo, disse Nicole Ellison, professora da Universidade de Michigan, em entrevista ao
28 HuffPost por e-mail.
29 "Transmitir um pedido de informação através de uma atualização do 'status' é uma ótima
30 estratégia para conseguir uma resposta rápida de uma rede diversa", disse Ellison, que pesquisou
31 as redes de amigos do Facebook.
32 Dunbar conclui que pode ser mais fácil manter uma amizade utilizando as mídias sociais,
33 mas afirma que essas ferramentas não são suficientes para evitar que as amizades enfraqueçam
34 e que as redes encolham ao longo do tempo. Sem o contato cara a cara, as amizades tendem a
35 desaparecer.
36 O tempo gasto atualmente no Facebook para manter amizades que estão morrendo poderia
37 ser utilizado no desenvolvimento de novas amizades, mais significativas. E fazer novos amigos,
38 conclui Dunbar, é provavelmente uma melhor maneira de utilizar o próprio tempo. Se você não
39 se esforçar, aquele amigo do Facebook se tornará, inevitavelmente, "um conhecido" do passado,
40 Dunbar escreveu.

(Texto adaptado para esta prova: <http://super.abril.com.br/tecnologia/so-4-amigos-do-facebook-realmente-importam-diz-estudo>)

QUESTÃO 26 – Sobre as lacunas presentes no texto, analise as afirmações abaixo:

- I. Na linha 09, a lacuna ficaria corretamente preenchida por “à”, pois a regra para uso da crase é atendida: preposição a (regência de ‘devido’) + artigo a (palavra feminina ‘empatia’).
- II. A lacuna da linha 19 fica corretamente preenchida com o verbo “mantém”, porque o sujeito da frase é ‘tecnologia’ (l. 19).
- III. Na linha 25, o verbo que preenche corretamente a lacuna é “têm”, pois se refere a ‘amplas redes sociais’ (l. 25).

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 27 – Analise as afirmações abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Na linha 12, o vocábulo “engrossam” é uma forma conotativa de dizer ‘aumentar em número’.
- () O vocábulo “caro” (l. 15) equivale a ‘estimado’ no contexto em que se encontra.
- () “Inexoravelmente” (l. 16) é um advérbio que, no contexto, significa ‘algo inevitável’.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) F – V – F.
- C) V – F – V.
- D) V – F – F.
- E) F – V – V.

QUESTÃO 28 – Assinale a alternativa INCORRETA sobre o que se afirma no texto.

- A) Um grande número de amigos em redes sociais não significa um grande número de amigos verdadeiros.
- B) Preservar amizades relevantes demanda esforços das pessoas.
- C) As pessoas são propensas a manter um grupo pequeno de amigos, tanto na internet quanto na vida real.
- D) As amizades podem até ser mantidas mais facilmente pelas redes sociais, contudo, sem o contato pessoalmente, elas podem acabar.
- E) As redes sociais, em suma, podem facilmente substituir a interação frente a frente entre as pessoas e manter as amizades.

QUESTÃO 29 – Sobre as relações entre letras e fonemas, assinale a alternativa INCORRETA sobre palavras do texto.

- A) A palavra ‘quantidade’ possui apenas um dígrafo vocálico.
- B) Em ‘significam’, há encontro consonantal e não há dígrafo.
- C) Na palavra ‘tecnologia’, o fonema C equivale à pronúncia de mais de uma letra.
- D) No vocábulo ‘conquista’, há apenas um dígrafo.
- E) Em ‘tempo’, há cinco letras e quatro fonemas.

QUESTÃO 30 – Na frase abaixo, a conjunção em destaque poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por:

“**Por isso**, apesar de sites de mídia social como o Facebook expandirem nossas redes on-line, eles na verdade não engrossam nossas fileiras de amigos verdadeiros”. (l. 11-13).

- A) Porquanto.
- B) Portanto.
- C) Porque.
- D) Porém.
- E) Pois.

QUESTÃO 31 – Analise as assertivas abaixo sobre alguns sinais de pontuação do texto:

- I. Na linha 04, o travessão poderia ser substituído por uma vírgula, sem causar prejuízos à estrutura da frase.
- II. Os dois-pontos da linha 15 poderiam ser substituídos por ponto final, sem causar alteração ao sentido empregado na frase.
- III. As vírgulas da linha 27 (2ª e 3ª ocorrências) separam um aposto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 32 – Assinale a alternativa que apresenta linguagem conotativa.

- A) O tempo gasto atualmente no Facebook para manter amizades que estão morrendo poderia ser utilizado no desenvolvimento de novas amizades, mais significativas (l. 36-37).
- B) Ter muitos amigos on-line não significa que você terá mais pessoas para lhe ajudar quando estiver deprimido (l. 02-03).
- C) As pessoas tendem a ter um número semelhante de amigos próximos na vida real, de acordo com uma pesquisa anterior de Dunbar sobre redes sociais (l. 10-11).
- D) A nova tecnologia "provavelmente precisa envolver visão e toque, porque ambas são centrais em como interagimos uns com os outros" (l. 22-23).
- E) Robin Dunbar, autor do estudo e psicólogo de Oxford, analisou uma pesquisa com 3.375 usuários do Facebook no Reino Unido (l. 06-07).

QUESTÃO 33 – Analise as afirmações abaixo sobre elementos de coesão do texto:

- I. O pronome possessivo 'sua' (l. 01) se refere ao leitor do texto, atribuindo-lhe "posse" da quantidade de amigos do Facebook.
- II. 'essas pessoas' (l. 08) retoma 'usuários do Facebook no Reino Unido' (l. 07).
- III. Na linha 12, 'eles' substitui 'amigos próximos' (l. 10).

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 34 – A palavra "tendência" (l. 04) poderia ser substituída, sem causar alteração semântica, por:

- A) Propensão.
- B) Vocação.
- C) Intenção.
- D) Dificuldade.
- E) Desejo.

QUESTÃO 35 – Na frase "As pessoas tendem a ter um número semelhante de amigos próximos na vida real" (l. 10), o sujeito pode ser classificado como _____, enquanto o verbo, em relação a sua predicação, é _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) composto – intransitivo
- B) simples – transitivo indireto
- C) paciente – intransitivo
- D) simples – transitivo direto
- E) indeterminado – transitivo indireto

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1 A | 2 D | 3 E | 4 A | 5 D | 6 B | 7 C | 8 D | 9 C | 10 E | 11 E | 12 A | 13 E | 14 C | 15 B |
| 16 E | 17 C | 18 D | 19 B | 20 B | 21 D | 22 D | 23 A | 24 C | 25 D | 26 D | 27 C | 28 E | 29 D | 30 B |
| 31 E | 32 A | 33 C | 34 A | 35 B | | | | | | | | | | |

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Está afirmado como direito fundamental na Constituição Federal que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. De modo harmônico com essa norma tem-se que, no direito brasileiro:
- A) é necessário haver aprovação específica do Poder Legislativo para que uma questão constitucional discutida em processo judicial seja considerada como de repercussão geral.
- B) cabe à lei criar varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- C) as súmulas vinculantes, para se aplicarem à Administração pública direta e indireta, devem ser convertidas em lei.
- D) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos desde que aprovadas pelo Poder Legislativo.
- E) apenas a lei pode exigir prévia autorização administrativa como requisito para o exercício da liberdade de reunião.
- 2) Determinado Estado criou, para funcionarem no âmbito da Justiça estadual, juizados especiais, providos por juízes togados e leigos, com competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo. Criou, ainda, justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional. Nesse caso, foram criados em conformidade com a disciplina da matéria na Constituição Federal:
- A) apenas os juizados especiais, já que a criação da justiça de paz é de competência da União.
- B) apenas a justiça de paz, já que a criação dos juizados especiais é de competência da União.
- C) os juizados especiais, em relação à matéria cível, apenas, e a justiça de paz, em relação à sua competência, mas não quanto à sua composição.
- D) tanto os juizados especiais quanto a justiça de paz.
- E) os juizados especiais, em relação à matéria penal, apenas, e a justiça de paz, em relação à sua composição, mas não quanto à sua competência.
- 3) Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a promoção de membros do Poder Judiciário:
- A) é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
- B) a promoção por merecimento pressupõe ao menos três anos de exercício na respectiva entrância.
- C) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros.
- D) a aferição do merecimento dá-se conforme o desempenho e pelos critérios subjetivos no exercício da jurisdição.
- E) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- 4) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto ao regime de precatórios judiciais:
- A) a seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
- B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios, excluídas as obrigações de pequeno valor.
- C) é permitida, desde que por uma única vez, a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento em obrigações definidas em leis como de pequeno valor.
- D) os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem decrescente de valores.
- E) os presidentes dos tribunais que, por ato comissivo ou omissivo, retardarem ou tentarem frustrar a liquidação regular de precatórios, não poderão ser processados por crime de responsabilidade, haja vista que a sua responsabilidade será averiguada perante o Conselho Nacional de Justiça.
- 5) A fim de assegurar os princípios da celeridade processual e do acesso à prestação jurisdicional, a Constituição Federal estabelece que:
- A) a distribuição de processos aos juízes será imediata, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- B) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- C) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos decisórios, salvo aqueles que põem fim ao processo.
- D) é vedado ao Tribunal autorizar o juiz titular a residir fora da respectiva comarca.
- E) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e ao respectivo número de eleitores.
- 6) No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal:
- A) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
- B) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- D) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízes e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- E) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.
- 7) Poder Judiciário detém, como atribuição(ões):
- A) Competências recursais e originárias, estas, por exemplo, para processamento de ações em face de determinadas autoridades.
- B) Exercer a função judicante, como típica e precípua, não

possuindo competências fiscalizatórias ou administrativas, salvo por delegação dos poderes titulares dessas matérias.

C) Processar e julgar os dirigentes da Administração pública direta e indireta, em ações originárias.

D) A revisão de decisões administrativas proferidas pelos Tribunais de Contas, como instância recursal ex officio.

E) A análise das garantias e remédios previstos constitucionalmente, independentemente da autoridade coatora, em razão da relevância dos bens tutelados.

8) A Constituição Federal prescreve que serão criados juizados especiais:

A) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, devendo o julgamento de recursos contra as sentenças ser realizado por turmas de juízes de segundo grau.

B) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, vedando a transação em processos criminais.

C) vinculados aos tribunais estaduais, vedando a criação de juizados especiais federais para o julgamento de causas em que a União seja parte.

D) que poderão ser integrados por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

E) que poderão ser integrados por cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, aos quais foi garantida a vitaliciedade.

9) De acordo com a Constituição Federal, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, sendo que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. Se essas propostas orçamentárias forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados pela Constituição Federal, o Poder Executivo:

A) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de sessenta dias.

B) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de trinta dias.

C) procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

D) encaminhará a proposta para o Tribunal de Contas da União que deverá tomar as medidas corretivas e proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual no prazo máximo de noventa dias.

E) devolverá a proposta para o Poder Judiciário para revisão e adequação no prazo máximo de noventa dias.

10) Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do:

A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

B) Supremo Tribunal Federal.

C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.

E) Superior Tribunal de Justiça.

11) Ao dispor sobre o direito de reunião, a Constituição brasileira:

A) impede a indicação de medida coercitiva, em face de decretação de estado de defesa, que importe em restrição ao exercício do direito de reunião no âmbito de associações.

B) garante seu exercício independentemente de autorização ou prévia comunicação sobre a realização da reunião

à autoridade administrativa competente.

C) não veda medida preventiva do Poder Público voltada a impedir a utilização de carros de som ou equipamentos semelhantes em manifestações públicas em praças e vias próximas à sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal.

D) veda medida preventiva do Poder Público com o objetivo de impedir a realização de reunião em local aberto ao público em virtude de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo espaço ou local.

E) não veda medida preventiva do Poder Público com o objetivo de impedir a participação em reunião de cidadãos munidos com arma de fogo, ainda que possuam autorização de porte nos termos da lei.

12) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais:

A) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

B) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

D) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

E) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

13) Alfredo, brasileiro, com 35 anos e em pleno vigor físico e mental, invocou motivo de crença religiosa para se eximir de determinada obrigação legal a todos imposta. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Alfredo:

A) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, mas deverá cumprir pena de prestação social à comunidade.

B) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, pois é inviolável a liberdade de religião no Brasil.

C) será desde logo privado de direitos, uma vez que não é admissível invocar motivo de crença religiosa para o fim de se eximir de obrigação estabelecida em lei.

D) não será privado de direitos, salvo se ele se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei

E) será desde logo privado de direitos, não lhe sendo dado cumprir prestação alternativa, admitida apenas para os casos de escusa fundada em motivo de convicção filosófica ou política.

14) Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe

A) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o reconhecimento da responsabilidade acarretaria ofensa à coisa julgada.

B) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o Poder Judiciário é soberano.

C) poderá pleitear indenização do Estado pois, de acordo com a Constituição Federal, este indenizará o condenado por erro judiciário.

D) poderá pleitear indenização do Estado, desde que a condenação por erro judiciário tenha sido confirmada pelos Tribunais Superiores.

E) não poderá pleitear indenização do Estado, pois ao ma-

gistrado é assegurada a independência.

15) Alfred, estrangeiro, casou-se com uma brasileira e veio residir no Brasil, local onde teve seus dois filhos e onde faleceu. Sabendo-se que a lei de seu país de origem é mais favorável, em termos de sucessão, aos seus filhos e esposa brasileiros, a sucessão de seus bens situados no Brasil será regulada, de acordo com a Constituição Federal, pela lei:

A) brasileira ou estrangeira, cabendo a escolha aos herdeiros.

B) brasileira, pois aqui se encontram os bens.

C) estrangeira, pois a sucessão rege-se sempre pelo local de origem da pessoa falecida.

D) estrangeira, por ser mais benéfica à sua esposa e aos seus filhos.

E) brasileira, tendo em vista que os herdeiros aqui residem.

16) A Constituição Federal assegura a liberdade de religião como direito individual fundamental:

A) mas sujeita o exercício dos cultos religiosos à prévia autorização administrativa, salvo se praticados em locais abertos ao público.

B) mas não permite a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva por razões de segurança.

C) mas não permite que seja invocada pelo indivíduo para que se exima de obrigação legal imposta a todos, não lhe garantindo a opção pelo cumprimento de obrigação alternativa em caso de recusa por motivo religioso.

D) mas exige prévia autorização administrativa para que seja exercida coletivamente em locais abertos ao público, para que não seja prejudicado o exercício de outras liberdades.

E) permitindo, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa em hospitais públicos.

17) A Constituição Federal, no que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, estabelece que:

A) o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo e a indenização deverá ser estabelecida por meio de acordo bilateral.

B) a não privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política é absoluta.

C) interesse social é a única motivação legal para a realização de desapropriações.

D) a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, depende de não frustrar reunião anteriormente convocada para o mesmo local e de aviso prévio à autoridade competente.

E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização prévia.

18) A liberdade de associação, em nossa Constituição, compreende:

A) a criação de entidades de caráter paramilitar.

B) a proibição absoluta da dissolução compulsória das associações, ainda que por força de decisão judicial transitada em julgado.

C) o direito de criar associação, independentemente de autorização.

D) o direito de constituir cooperativa, somente se existir autorização pela autoridade competente.

E) o direito de petição a qualquer associação ou cooperativa.

19) Fernando passou mal de manhã em sua residência e, como estava sozinho, tentou sair para buscar ajuda, mas não conseguiu nem abrir o portão de casa. Fernando teve tempo apenas de pedir auxílio ao seu vizinho, Paulo, des-

esperado, rapidamente telefonou ao Corpo de Bombeiros. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, os bombeiros:

A) não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, apenas se pode nela penetrar sem o consentimento do morador em caso de desastre.

B) deverão aguardar uma determinação judicial para penetrar no imóvel de Fernando, já que apenas com referida ordem é possível adentrar em casa alheia.

C) não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador.

D) não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, apenas se pode nela penetrar sem o consentimento do morador, durante o dia, em caso de flagrante delito.

E) estarão autorizados a adentrar no imóvel de Fernando, assim que chegarem, já que para a prestação de socorro pode-se penetrar na casa do morador, sem o seu consentimento, a qualquer hora.

20) O direito de propriedade é garantido pela Constituição Federal, de forma que para a construção de uma rodovia, determinado Estado da Federação:

A) depende, para realização da obra, da concordância dos proprietários das áreas cujo traçado sobreporá.

B) precisa adquirir as áreas, em razão do direito de propriedade constar do rol de direitos individuais, desde que pelo valor determinado pelos proprietários.

C) depende de autorização do Poder Judiciário para aquisição das áreas, o que, se deferido, viabilizará a compra das áreas ou a desapropriação das mesmas.

D) pode exigir as propriedades dos particulares somente se estiverem descumprindo sua função social.

E) pode lançar mão da desapropriação, mediante justa e prévia indenização aos proprietários, direito que também consta do rol de direitos individuais.

21) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

B) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.

C) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

D) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

E) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

22) À luz da Constituição Federal, dentre as situações passíveis de caracterizar exercício irregular de atividade profissional ou econômica, está a:

A) falta de filiação de sociedade empresarial ao sindicato representativo da respectiva categoria econômica.

B) falta de prévia autorização do Poder Público para o desempenho da atividade, exigida pela Constituição Federal independentemente de lei nesse sentido em benefício da segurança do Estado e da sociedade.

C) falta de preenchimento das condições de qualificação profissional previstas em lei para o exercício de atividade

que cabe ser regulamentada.

D) condenação penal em segundo grau de jurisdição, ainda que sujeita a recurso, por crime contra a fazenda pública, o que impede o condenado de exercer sua atividade profissional ou econômica independentemente de lei nesse sentido.

E) prática de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação que tenha sido censurada previamente por ato de autoridade administrativa.

23) De acordo com o texto da Constituição Federal, com relação ao direito de greve, é correto afirmar que:

A) compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

B) é assegurado aos trabalhadores do setor público ou privado, sendo que os militares devem comunicar a intenção de exercê-lo com a antecedência mínima de cinco dias aos seus comandantes e à população, decidindo, cada categoria, sobre os interesses que devam por meio dele defender.

C) é assegurado aos empregados, aos empregadores e aos autônomos, conforme os distintos interesses que queiram por meio dele defender, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.

D) é assegurado aos empregados e servidores públicos, sendo que, em relação aos militares, apenas o possui os que forem regularmente sindicalizados.

E) é assegurado aos trabalhadores em geral, exclusivamente para a defesa dos interesses previamente relacionados em lei específica, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.

24) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.

B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.

C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.

D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

25) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurada na Constituição Federal:

A) a duração do trabalho normal não superior a doze horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

B) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

C) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

D) a remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

E) a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.

26) Empregado de certa empresa privada foi eleito membro suplente de diretoria de sindicato de sua categoria, tendo sido demitido de seu emprego quatro meses após o término do mandato sindical, sem que tenha cometido qualquer

falta. A demissão desse empregado mostra-se:

A) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado desde a posse em cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

B) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

C) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

D) compatível com a Constituição Federal, que permite a dispensa do empregado sindicalizado eleito membro titular ou suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical, na situação retratada.

E) compatível com a Constituição Federal, que não garante estabilidade no emprego àquele que tenha sido eleito membro suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical.

27) A Constituição Federal assegura aos trabalhadores em geral, mas não aos servidores públicos ocupantes de cargo público, o direito:

A) à garantia do salário mínimo.

B) ao décimo terceiro salário.

C) à participação nos lucros ou resultados.

D) ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

E) ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

28) Felício é proprietário da empresa "ABC" Ltda. que possui, atualmente, 233 empregados em razão da fusão com a empresa "DEF" Ltda. Preocupado com o aumento de empregados, uma vez que antes da fusão a empresa "ABC" Ltda. possuía 102 empregados, Felício consultou sua advogada, Carolina, a respeito. Com relação à Constituição Federal, Carolina informou que no tocante aos direitos sociais,

A) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que já era assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

B) nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

C) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que somente nas empresas com mais de trezentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

D) nas empresas com mais de cento e oitenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

E) o aumento do número de empregados não acarreta nenhuma consequência, uma vez que somente nas empresas com mais de duzentos e cinquenta empregados, é assegura-

rada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

29) A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente uma série de disposições normativas trabalhistas que, segundo a doutrina, pode ser considerada como patamar mínimo civilizatório do trabalhador. Entre outros direitos trabalhistas, a Constituição Federal de 1988 prevê, expressamente, o direito:

A) ao adicional de sobreaviso e de prontidão e a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

B) ao adicional de horas extras e observância da proporcionalidade para contratação de empregado estrangeiro.

C) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou não, e gozo de intervalo para refeição e descanso na forma da lei.

D) à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, conforme previsão legal.

E) ao intervalo intrajornada e interjornada.

30) A Constituição Federal prevê, expressamente, dentre os direitos sociais, que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a:

A) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 10%.

B) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 30%.

C) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 15%.

D) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em acordo coletivo, sendo vedada a convenção coletiva estipular qualquer tipo de redução salarial.

E) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

31) Ao disciplinar a Organização do Estado, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

A) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de emenda à Constituição.

C) os Territórios, vedada sua divisão em Municípios, terão suas contas submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

D) compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado, que tem caráter essencial.

E) compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

32) A respeito das competências legislativas dos entes federados para criarem seus orçamentos, a Constituição Federal dispõe que:

A) o Congresso Nacional, através de resolução, pode delegar competência ao Presidente da República para legislar sobre orçamentos.

B) a iniciativa das leis orçamentárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

C) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.

D) a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.

E) o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, em caso de relevante interesse público, podem ser alterados por medida provisória.

33) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, poderá o Distrito Federal exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, em relação a:

A) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

B) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

C) serviço postal, trânsito e transporte.

D) propaganda comercial e registros públicos.

E) proteção do meio ambiente e controle da poluição.

34) São Bens dos Estados-Membros:

A) O Mar territorial que se refira ou banhe as áreas portuárias e os potenciais de energia hidráulica, ressalvada a União percentual de aproveitamento em sua exploração.

B) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, exceto aquelas em que são de domínio da União antes da entrada em vigor da Constituição Federal.

C) Os lagos que sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, quando sede das Capitais do Estado.

D) As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, bem como as praias marítimas e as ilhas oceânicas.

E) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

35) A respeito das normas constitucionais que regem a atividade dos Deputados Federais e Senadores, A) esses parlamentares, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.

B) recebida a denúncia contra algum desses parlamentares, por crime ocorrido após a diplomação, será dada ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

C) esses parlamentares não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, salvo em caso de investigação realizada por comissão parlamentar de inquérito.

D) a incorporação às Forças Armadas de algum desses parlamentares, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

E) as imunidades desses parlamentares serão suspensas durante o estado de sítio.

36) Segundo o que dispõe a Constituição Federal, nos Municípios:

A) as Câmaras Municipais serão compostas observando limites máximos de Vereadores estabelecidos na Constituição, de acordo com o número de eleitores.

B) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento de sua receita.

C) a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

D) é permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

E) é garantida a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, em todo o território nacional.

37) À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a organização da República Federativa do Brasil,

A) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de emenda à Constituição.

B) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

C) poderão ser instituídas pela União, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

D) no âmbito da legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer sua competência legislativa suplementar.

E) compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte intermunicipal, que tem caráter essencial.

38) Com o objetivo de assegurar o acesso da população a medicamentos, o Governador do Distrito Federal editou decreto disciplinando o horário de funcionamento de drogarias e farmácias, sem, todavia, que a lei tenha regulado o tema. Considerando as normas da Constituição Federal, trata-se de matéria que se insere no âmbito da competência:

A) dos Municípios, também atribuída ao Distrito Federal, tendo o Governador editado ato normativo juridicamente adequado, já que cabe ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal dispor, por decreto, sobre organização e funcionamento do comércio.

B) dos Municípios, também atribuída ao Distrito Federal, mas o tema deveria ter sido disciplinado por lei, e não por decreto.

C) dos Estados, também atribuída ao Distrito Federal, mas o tema deveria ter sido disciplinado por lei, e não por decreto.

D) dos Estados, também atribuída ao Distrito Federal, tendo o Governador editado ato normativo juridicamente adequado, já que cabe ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal dispor, por decreto, sobre organização e funcionamento do comércio.

E) da União, a quem compete editar normas em matéria de direito econômico, podendo a Câmara do Distrito Federal suspender a execução do decreto por exorbitar dos limites do poder regulamentar.

39) De acordo com o sistema de repartição de competências previsto na Constituição Federal,

A) é vedado aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, ainda que para atender ao interesse local.

B) cabe aos Estados estabelecer os requisitos dos contratos de trabalho firmados em seus territórios.

C) cabe à União, aos Estados e aos Municípios legislar em regime de concorrência sobre todas as matérias.

D) cabe aos Estados legislar, privativamente, sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.

E) cabe aos Estados o exercício das competências que não lhes sejam vedadas, além de outras enumeradas pela Constituição, como a exploração, direta ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

40) Lei estadual que institua região metropolitana constituída por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, será:

A) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.

B) compatível com a Constituição Federal, desde que se trate de lei complementar.

C) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa dos Municípios.

D) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.

E) compatível com a Constituição Federal, desde que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre a matéria.

41) De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas os dados aqui fornecidos, o servidor público ocupante, há cinco anos, de cargo efetivo da Administração direta, que se eleger Deputado Distrital, durante o exercício de seu mandato,

A) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

B) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

C) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração oriunda do mandato eletivo.

D) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo apenas a remuneração referente ao exercício do mandato eletivo.

E) perderá seu cargo e somente poderá prestar novo concurso público para exercer cargo no Distrito Federal após um ano do término do exercício do mandato eletivo.

42) No que concerne ao regime próprio de previdência de servidores na forma prevista atualmente pela Constituição da República, tem-se que:

A) somente pode ser mantido, a partir da edição da Emenda Constitucional no 41, de 2003, com a instituição concomitante de regime de previdência complementar, destinado a servidores ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos.

B) não alcança os servidores temporários e aqueles ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou emprego público, os quais são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência.

C) permite, no âmbito da competência concorrente conferida aos Estados para legislar sobre previdência, a instituição

de critérios específicos e requisitos diferenciados de tempo de serviço ou contribuição para concessão de benefícios.

D) não alcança os militares, regidos por legislação específica, salvo quanto à fórmula de cálculo de tempo de contribuição e de efetivo exercício, que deve ser equivalente àquela fixada para os servidores sujeitos ao regime próprio.
E) deve ser dotado de equilíbrio atuarial, suportado por contribuições de todos os beneficiários e do Estado, em igual percentual, destinadas a Fundo Previdenciário, de instituição obrigatória, sujeito às mesmas regras contábeis dos fundos de previdência complementar.

43) Sobre o regime previdenciário próprio, previsto no artigo 40 da Constituição Federal, é correto afirmar:

A) Envolve os servidores titulares em cargo efetivo e aqueles que ocupam, exclusivamente, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

B) A aposentadoria compulsória dos servidores abrangidos pelo regime de previdência própria sempre ocorrerá aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

C) A aposentadoria voluntária será possível quando cumprido tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público, observadas as condições de idade mínima.

D) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

E) É proibida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio, ainda que em caso de servidores que exerçam atividades de risco.

44) A Constituição Federal contém normas de fixação de remuneração no âmbito da iniciativa privada e no âmbito da Administração pública. De acordo com essas regras e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

A) apenas o salário mínimo pode ser adotado pela lei como índice para a revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos.

B) a remuneração paga a empregado público de empresa pública federal, ainda que a empresa não receba recursos financeiros públicos para pagamento com despesas de pessoal ou de custeio em geral, não pode ser superior ao valor dos subsídios pagos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser iguais aos pagos pelo Poder Executivo.

D) a remuneração dos servidores públicos titulares de cargos públicos somente pode ser fixada por lei específica.

E) o recebimento de valores pelo empregado a título de participação nos lucros ou resultados integra sua remuneração para todos os fins.

45) Em conformidade com a disciplina constitucional atinente aos órgãos, entidades e servidores da Administração pública,

A) é vedado a todo servidor público civil o direito à livre associação sindical.

B) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

C) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedada, em qualquer hipótese, a contratação de estrangeiros

D) é admitida a contratação por tempo determinado para

atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os casos estabelecidos em lei.

E) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

46) Segundo a Constituição Federal, é vedada a cassação dos direitos políticos, admitindo-se a perda ou suspensão no caso de:

A) procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.

B) condenação criminal não transitada em julgado, mas com decisão condenatória proferida em segundo grau de jurisdição.

C) cancelamento de naturalização por decisão administrativa.

D) ausência de prestação de contas à Justiça Eleitoral.

E) incapacidade civil absoluta.

47) De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular é exercida, nos termos da lei, por meio de instrumentos como:

A) o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular e o voto direto e aberto.

B) a iniciativa popular e o voto indireto e secreto.

C) o sufrágio universal e o voto indireto e secreto.

D) a iniciativa popular, o referendo e o voto indireto e aberto

E) o plebiscito e o referendo.

48) A respeito do que estabelece a Constituição Federal sobre a nacionalidade e os direitos políticos:

A) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

B) as idades mínimas para a elegibilidade relativa aos cargos de Presidente da República e Senador são, respectivamente, de 35 e 30 anos.

C) entre os cargos privativos de brasileiro nato, estão o de Presidente da República, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial da Forças Armadas.

D) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 60 anos.

E) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição ou na Lei de Migração.

49) De acordo com as normas da Constituição Federal, o militar alistável,

A) com menos de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, mas deverá afastar-se da atividade.

B) com menos de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, quando será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

C) com mais de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político e, se eleito, deverá ser agregado pela autoridade superior.

D) com mais de dez anos de serviço, poderá candidatar-se para cargo político, quando será agregado pela autoridade superior e, se eleito, poderá cumular o exercício do cargo político com a função militar, se não estiver conscrito e se houver compatibilidade de horários.

E) que esteja em atividade, não poderá candidatar-se para cargo político.

50) No que tange aos direitos políticos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

A) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará, entre outros casos, na hipótese de condenação criminal em segundo grau de jurisdição, enquanto durarem

seus efeitos.

B) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

C) É condição de legibilidade a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

D) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se imediatamente a todas as eleições futuras.

51) Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a promoção de membros do Poder Judiciário:

A) é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.

B) a promoção por merecimento pressupõe ao menos três anos de exercício na respectiva entrância.

C) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros.

D) a aferição do merecimento dá-se conforme o desempenho e pelos critérios subjetivos no exercício da jurisdição.

E) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

52) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto ao regime de precatórios judiciais,

A) a seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios, excluídas as obrigações de pequeno valor.

C) é permitida, desde que por uma única vez, a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento em obrigações definidas em leis como de pequeno valor.

D) os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem decrescente de valores.

E) os presidentes dos tribunais que, por ato comissivo ou omissivo, retardarem ou tentarem frustrar a liquidação regular de precatórios, não poderão ser processados por crime de responsabilidade, haja vista que a sua responsabilidade será averiguada perante o Conselho Nacional de Justiça.

53) A fim de assegurar os princípios da celeridade processual e do acesso à prestação jurisdicional, a Constituição Federal estabelece que:

A) a distribuição de processos aos juízes será imediata, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

B) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

C) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos decisórios, salvo aqueles que põem fim ao processo.

D) é vedado ao Tribunal autorizar o juiz titular a residir fora da respectiva comarca.

E) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e ao respectivo número de eleitores.

54) No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal,

A) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.

B) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

C) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

D) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízes e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

E) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

55) A Constituição Federal prescreve que serão criados juizados especiais:

A) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, devendo o julgamento de recursos contra as sentenças ser realizado por turmas de juízes de segundo grau.

B) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, vedando a transação em processos criminais.

C) vinculados aos tribunais estaduais, vedando a criação de juizados especiais federais para o julgamento de causas em que a União seja parte.

D) que poderão ser integrados por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

E) que poderão ser integrados por cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, aos quais foi garantida a vitaliciedade.

Gabarito – Direito Constitucional

| | | | | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 01. B | 02. D | 03. E | 04. A | 05. B | 06. B | 07. A | 08. D | 09. C | 10. E |
| 11. E | 12. C | 13. D | 14. C | 15. D | 16. E | 17. D | 18. C | 19. E | 20. E |
| 21. D | 22. C | 23. E | 24. E | 25. C | 26. B | 27. C | 28. B | 29. D | 30. E |
| 31. A | 32. C | 33. E | 34. E | 35. D | 36. C | 37. B | 38. B | 39. E | 40. B |
| 41. A | 42. B | 43. D | 44. D | 45. E | 46. E | 47. E | 48. A | 49. A | 50. D |
| 51. E | 52. A | 53. B | 54. B | 55. D | | | | | |

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que:

A) em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

B) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.

C) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.

D) são aplicáveis à Administração Pública exclusivamente aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

E) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

2) A Administração pública segue regras e princípios no exercício de suas funções executivas.

Referidos princípios

A) são explícitos, tais como princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, todos que se submetem hierarquicamente ao princípio da supremacia do interesse público.

B) são diretrizes à atuação da Administração pública, sem coercibilidade, diferentemente das regras, cujo descumprimento implica sancionamento das autoridades públicas.

C) estão expressos na Constituição Federal, mas também há princípios implícitos que submetem a Administração pública.

D) dependem de previsão sancionatória para possuírem força coercitiva, não havendo consequência direta pelo descumprimento dos mesmos.

E) se sobrepõem às regras, porque previstos em nível constitucional, bem como porque possuem âmbito de abrangência mais amplo que as normas infralegais.

3) Os princípios que regem a Administração pública:

A) aplicam-se à Administração direta, indireta e aos contratados em regular licitação, seja quando forem expressos, seja quando implícitos.

B) são aqueles que constam expressamente do texto legal, não se reconhecendo princípios implícitos, aplicando-se tanto à Administração direta quanto à indireta.

C) podem ser expressos ou implícitos, os primeiros aplicando-se prioritariamente em relação aos segundos, ambos se dirigindo apenas à Administração direta.

D) são prevalentes em relação às leis que regem a Administração pública, em razão de seu conteúdo ser mais relevante.

E) dirigem-se indistintamente à Administração direta e às autarquias, aplicando-se seja quando forem expressos, seja quando implícitos.

4) A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de:

A) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.

B) limitar o direito de particulares, discricionariamente,

sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.

C) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

D) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.

E) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.

5) É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a:

A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.

B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.

C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.

D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.

E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

6) A Administração pública direta contrata seus servidores:

A) por meio de concurso público, para ocupação de cargos e empregos públicos, a depender da política pública em vigor na época da contratação.

B) por meio de concurso público, submetendo-se os aprovados e nomeados à existência de recursos financeiros para pagamento.

C) para empregos públicos para as chamadas funções meio, e cargos públicos para funções de confiança e os demais casos.

D) pelo mesmo processo formal que os dispensa, com instauração de processo administrativo, célere e informal, diferindo-se os pagamentos iniciais para fase posterior à efetivação dos funcionários.

E) por meio de concurso público, para ocupação de cargos públicos efetivos, admitindo-se o livre provimento para ocupação de funções de confiança com as finalidades de chefia, direção e assessoramento.

7) A organização administrativa estruturada em administração direta e indireta pressupõe a existência de pessoas jurídicas com personalidade jurídica e competências próprias, que possuem características comuns, a exemplo:

A) da necessidade de serem criadas por lei, na qual estarão previstas todas as competências, obrigações e escopo de atuação, não dependendo de outros atos para serem formalmente instituídas.

B) da submissão a regime jurídico de direito privado, ainda que possam contar com participação pública em sua formação, como os consórcios públicos, as sociedades de economia mista, as fundações e as autarquias especiais.

C) da submissão a regime celetista ou estatutário, à semelhança do que se admite para a Administração direta, que conta com a dualidade de regimes jurídicos para seus

servidores.

D) do controle externo a que se submetem, tal qual o exercido pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas, estes últimos que analisam critérios de legalidade dos atos e negócios da Administração, mas também examinam aspectos de economicidade.

E) do regime de execução próprio, sujeito a expedição de precatórios a serem pagos em ordem cronológica, respeitados os débitos de pequeno valor, dotados de preferência, a fim de aplicação do princípio da isonomia em relação aos credores.

8) O controle exercido pela Administração direta sobre a Administração indireta denomina-se:

A) poder de tutela e permite a substituição de atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta que não estejam condizentes com o ordenamento jurídico.

B) poder de revisão dos atos, decorrente da análise de mérito do resultado, bem como em relação aos estatutos ou legislação que criaram os entes que integram a Administração indireta.

C) controle finalístico, pois a Administração direta constitui a instância final de apreciação, para fins de aprovação ou homologação, dos atos e recursos praticados e interpostos no âmbito da Administração indireta.

D) poder de tutela, que não pressupõe hierarquia, mas apenas controle finalístico, que analisa a aderência da atuação dos entes que integram a Administração indireta aos atos ou leis que os constituíram.

E) poder de autotutela, tendo em vista que a Administração indireta integra a Administração direta e, como tal, compreende a revisão dos atos praticados pelos entes que a compõem quando não guardarem fundamento com o escopo institucional previsto em seus atos constitutivos.

9) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que:

A) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.

B) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.

C) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.

D) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.

E) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

10) Considere: Y é empresa pública federal e Z é sociedade de economia mista, também de âmbito federal. Levando em conta as características de tais entidades,

A) ambas poderão revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

B) Y deve, obrigatoriamente, estar estruturada sob a forma de sociedade anônima.

C) ambas admitem a presença de pessoas da iniciativa pri-

vada em seu capital.

D) apenas a empresa Y apresenta a característica da vinculação aos fins definidos na lei instituidora.

E) o capital de Z poderá ser formado da conjugação de recursos oriundos das pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas, de um lado, e de recursos da iniciativa privada, de outro.

11) Editam atos administrativos no regular exercício de suas atividades:

A) as agências reguladoras quando editam atos sancionadores das pessoas jurídicas sujeitas à regulação do setor, com fundamento nas normas disciplinadoras da prestação dos serviços públicos.

B) as concessionárias de serviços públicos, quando da demissão de seus empregados, pois executam atividade de caráter lucrativo sob regime de direito público.

C) as agências reguladoras, que podem ter natureza jurídica de empresas públicas ou autarquias, submetendo-se, portanto, a regime jurídico de direito público típico do exercício das funções executivas.

D) os órgãos públicos, quando da celebração de contratos sujeitos ao regime jurídico de direito privado, porque o critério subjetivo é que dita a natureza dos atos editados.

E) as agências reguladoras e autarquias, desde que referidos atos sejam dotados de auto-executoriedade.

12) Na hipótese de a Administração pública estadual pretender descentralizar serviço de sua competência para atribuí-lo a pessoa jurídica ainda inexistente, sujeita a regime jurídico administrativo e com personalidade de direito público:

A) deve criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração pública indireta estadual.

B) deve obter autorização legislativa para criar autarquia, que integrará a Administração pública direta.

C) pode criar autarquia ou empresa pública, a primeira instituída por lei e a segunda pelo registro de seus atos constitutivos, ambas integrantes da Administração pública indireta.

D) pode escolher entre criar autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, todas por lei específica, a última por lei complementar e as três integrantes da Administração pública indireta.

E) deve criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração pública direta estadual juntamente com o ente instituidor.

13) As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as:

A) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.

B) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.

C) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.

D) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade meio ou na atividade fim.

E) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.

14) Duas autarquias, de esferas distintas, que atuam na área de serviço de saúde, pretendem conjugar esforços

para reativação de uma unidade hospitalar abandonada, antes pertencente à iniciativa privada. Dentre as possíveis soluções a serem adotadas para viabilizar esse objetivo, as autarquias:

A) podem celebrar convênio administrativo, no bojo do qual estabelecerão as atribuições de cada um dos entes os respectivos montantes a serem dispendidos para tanto, na forma do cronograma disciplinado em plano de trabalho integrante do ajuste, o que viabiliza o controle do cumprimento do acordado e da prestação de contas de eventuais repasses de recursos de um ente ao outro.

B) podem firmar contrato de gestão, para que uma delas assume a gerência e administração da unidade hospitalar, enquanto a outra cuida da gestão financeira, com captação de recursos mediante cobrança de serviços e repasses públicos de verbas.

C) podem licitar conjuntamente a prestação de serviços de gestão hospitalar, incluindo na esfera de abrangência da licitação os limites territoriais dos dois entes envolvidos e excluindo-se eventuais outros interessados, garantindo, assim, que o prestador de serviços estará na mesma localidade da unidade hospitalar.

D) devem firmar convênio administrativo para prestação de serviço de gestão administrativa por uma das autarquias e da execução dos serviços públicos por outra, privilegiando uma solução consensual para dirimir conflitos.

E) devem adquirir o imóvel em condomínio e licitar conjuntamente a gestão da unidade hospitalar para a iniciativa privada, garantindo a excelência do serviço e a redução de custos para o erário.

15) Uma autarquia pode:

A) contratar empregados celetistas sem concurso público para provimento de funções em seus quadros, hipótese em que não gozarão de estabilidade e garantia de demissão precedida de processo administrativo disciplinar.

B) alienar bens de sua propriedade, desde que de natureza comum, por meio de pregão, vedada a modalidade eletrônica quando for necessária a prestação de garantia.

C) contratar bens e serviços por meio de regime jurídico de direito privado quando se tratar de sua atividade fim e estiver sujeita a mercado concorrencial.

D) ser titular e executar serviços públicos essenciais quando assim lhe for atribuído pela lei que a criou e que disciplina sua atuação, inclusive para fins de disciplinar o exercício dos poderes típicos da Administração pública.

E) participar do capital social ou ser acionista de empresas estatais da mesma esfera de governo, independentemente do que preveja a lei que a criou, bem como de seu escopo de atuação, tendo em vista que também integram a Administração indireta e, como tal, sujeitam-se ao mesmo regime jurídico e finalidade mediata.

16) No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Toda-avia, toda empresa estatal deve observar:

A) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.

B) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.

C) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.

D) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

E) o regime de licitações da Lei nº 8.666/93.

17) O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma:

A) sociedade de economia mista.

B) autarquia.

C) fundação de direito privado.

D) associação pública.

E) empresa pública.

18) O Estado, pela técnica da descentralização, pode criar pessoas jurídicas com personalidade própria e distinta daquele, dentre as quais figuram as autarquias e as sociedades de economia mista:

A) que se sujeitam a regime jurídico de direito privado e contratam seu pessoal pela Consolidação da Leis do Trabalho, não podendo admitir, mesmo que por concurso público, servidor público estatutário.

B) que, respectivamente, sujeitam-se a regime jurídico de direito público e regime jurídico de direito privado, sendo o regime estatutário o aplicável aos empregados de ambas as entidades.

C) criadas por lei específica sob o regime jurídico de direito privado, razão pela qual integram a Administração pública indireta.

D) que não estão sujeitas a controle hierárquico do ente criador porque submetidas a regime de direito privado.

E) que integram a Administração indireta do Estado, sendo a primeira sujeita a regime jurídico de direito público e a segunda de direito privado, ambas não submetidas a controle hierárquico do ente instituidor, mas tão somente finalístico.

19) As prerrogativas e poderes conferidos à Administração direta e indireta para a consecução de suas funções, tipicamente executivas,

A) admitem a prática de atos que exteriorizam o exercício de parcela de funções atípicas, a exemplo da edição de decreto que extingue cargos vagos em determinado órgão cujas funções foram absorvidas por outro departamento da estrutura administrativa.

B) não se exteriorizam de forma equânime, considerando que o controle exercido pelo Legislativo e Tribunais de Contas sobre os atos e negócios realizados pelos entes que integram a Administração indireta e que possuem natureza jurídica de direito privado restringe-se ao exame do cumprimento da legalidade.

C) não excluem o exercício de funções atípicas pelos seus diversos entes, como judicante e normativa, esta última que abrange a edição de decretos autônomos pelo Chefe do Executivo, Superintendentes de autarquias e de fundações integrantes da Administração indireta.

D) incluem o exercício do poder de polícia, função tipicamente atribuída ao Poder Judiciário, para, em caráter excepcional, limitar os direitos dos administrados com vistas à garantia da segurança pública.

E) restringem a incidência de controle externo sobre seus atos, cabendo, exclusivamente, ao Judiciário o exame de legalidade e ao Legislativo, por meio do Tribunal de Contas, o exame da discricionariedade e de seus limites.

20) Dentre os poderes atribuídos à Administração pública, o poder:

A) regulamentar suscita maiores controvérsias, porque passível de ser atribuído à Administração direta, incluídas as entidades paraestatais, para o desempenho regular de suas funções executivas.

B) normativo não pode ser exercido pelos entes que integram a Administração indireta, à exceção das agências reguladoras, por conta de sua independência e autonomia.

C) disciplinar é aplicável a todos os entes da Administração indireta, que se sujeitam à Administração central para fins de processamento dos processos disciplinares instaurados contra seus servidores.

D) hierárquico pode implicar viés disciplinar, a exemplo da apuração de infrações cometidas por servidores públicos integrantes dos quadros da Administração direta.

E) de polícia pode ser delegado somente aos entes integrantes da Administração indireta que tenham personalidade jurídica de direito público, a exemplo das agências executivas no que concerne ao papel fiscalizador que exercem sobre a prestação de serviços públicos.

21) Uma concessionária de serviço público regularmente contratada por um estado da federação sujeita-se ao:

A) poder de polícia exercido pelo ente na fiscalização da execução do contrato, a fim de garantir a adequada prestação do serviço público.

B) poder hierárquico exercido pela Administração pública, considerando que as cláusulas exorbitantes que predicam os contratos administrativos posicionam a contratante em situação de superioridade.

C) poder de polícia exercido pelo ente federado que figura como poder concedente, em relação aos atos externos ao contrato, dissociados desta avença, esta que traz as regras e condições para reger a relação de delegação de serviço público.

D) poder de tutela exercido pelo poder concedente, que lhe permite promover alterações unilaterais no contrato, qualitativas e quantitativas, independentemente de concordância do contratado.

E) poder de autotutela exercido pelo poder concedente, titular do serviço público, o que lhe confere prerrogativa suficiente de suplantando disposições contratuais para rever atos praticados pela contratada.

22) Entre os poderes próprios da Administração, decorrentes do regime jurídico administrativo que lhe atribui determinadas prerrogativas e sujeições, insere-se o poder disciplinar, que

A) possui, como uma das suas manifestações, o poder-dever de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, comportando alguma margem de discricionariedade no que concerne à dosimetria das sanções.

B) também alcança os particulares que não possuem vínculo laboral ou contratual com a Administração, coibindo condutas nocivas ou perigosas, como expressão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

C) corresponde ao poder dos superiores de proferir ordens a seus subordinados, constituindo expressão da hierarquia, excluídas as aplicações de penalidades, que se inserem no bojo do poder sancionador.

D) constitui o poder de organizar as atividades administrativas, mediante expedição de instruções, portarias, ordens de serviços e outros atos infralegais, decorrendo do poder normativo, exercido nos limites da lei.

E) corresponde à parcela do poder de polícia exercido preventivamente pela Administração, disciplinando o exercício de atividades de particulares que ensejem risco à segurança, saúde ou incolumidade pública.

23) Para o Direito Administrativo, poder disciplinar é aquele que:

A) o Executivo dispõe para distribuir as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.

B) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades exclusivamente aos servidores públicos.

C) tem como característica o seu discricionarismo, o que significa que independe da apuração regular da falta disciplinar para o seu exercício pela Administração pública.

D) a Administração pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

E) o Estado tem de punir criminalmente os cidadãos, visando à repressão de crimes e contravenções em geral definidas nas leis penais.

24) O poder disciplinar:

A) é sempre vinculado.

B) equipara-se, em determinadas hipóteses, ao poder punitivo do Estado, realizado por meio da Justiça Penal.

C) não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.

D) pode ser exercido ainda que não esteja legalmente atribuído.

E) vincula-se ao poder hierárquico, um reduzindo-se ao outro, haja vista que o primeiro é mais amplo que o segundo.

25) Entre os poderes administrativos, pode-se citar o poder regulamentar, que apresenta, como sua principal expressão:

A) a concessão de autorizações e licenças a cidadãos para o desempenho de atividades de interesse público.

B) a possibilidade de disciplinar, de forma autônoma por ato do Executivo, o regime jurídico de seus servidores.

C) a prática de atos materiais de organização do trabalho dos órgãos e entidades da Administração pública, como distribuição de tarefas entre os servidores.

D) a edição de decretos, no exercício de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, para fiel execução de lei em vigor.

E) a disciplina relativa à prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias, visando à sua regularidade e modicidade tarifária.

26) chefe do departamento pessoal de uma determinada autarquia federal, para o bom funcionamento dos serviços afetos à sua unidade, editou ato normativo interno estabelecendo horários de saída para o almoço, respeitando, para tanto, as especificidades das jornadas de trabalho de cada subordinado. Justificou o ato na necessidade de a unidade contar, sempre, com pelo menos um servidor. A edição do ato encontra fundamento no poder:

A) de polícia, que é próprio da função administrativa, e assim denominado por cuidar-se, na hipótese, de pessoa jurídica integrante da Administração pública indireta.

B) hierárquico, que é próprio da função administrativa, e por meio do qual a Administração pública mantém a disciplina e impõe o cumprimento de deveres funcionais.

C) disciplinar, que obriga o cumprimento, pelos subordinados, das ordens dos superiores, sob pena de punição.

D) hierárquico, que, no entanto, deixou de ser próprio da função administrativa, em razão do princípio da eficiência, que exclui a ingerência dos superiores.

E) disciplinar, que se sobrepõe e se confunde com o poder hierárquico, pois atribui competência ao administrador para aplicar penalidade aos seus subordinados.

27) Considerando que Rita é servidora que ocupa cargo público efetivo e João é advogado, servidor de carreira não efetivo no serviço público, conforme o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, levando em conta apenas os dados ora apresentados, é correto afirmar que:

A) Rita pode exercer função de confiança e João pode

exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.

B) Rita e João podem exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.

C) João pode exercer função de confiança e Rita pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de assessoramento.

D) João pode exercer função de confiança, e Rita e João podem exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.

E) Rita e João podem exercer função de confiança e cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.

28) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o ingresso no serviço público dá-se mediante concurso público e a investidura no cargo público ocorre com a posse. Dessa forma, considerando as formas de provimento de cargo público, a posse:

A) é requisito essencial para todas as formas de provimento de cargo público.

B) deve se dar imediatamente após a publicação do ato de provimento no cargo público, sob pena de ser considerada desistência.

C) deve ocorrer no prazo de 5 dias úteis contados da publicação do ato de provimento, sob pena de revogação do ato de provimento no cargo público.

D) será sucedida de inspeção médica que, se não for favorável, ocasionará a anulação do ato de provimento.

E) só tem lugar quando o provimento se dá por meio de nomeação.

29) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, um cargo público fica vago em razão de:

A) readaptação, que consiste no retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado.

B) exoneração, que se dá exclusivamente em razão de pedido do servidor público comissionado ou titular de cargo efetivo.

C) aposentadoria, desde que por idade e a pedido, tendo em vista que quando por invalidez a vacância do cargo só ocorre quando do atingimento da idade mínima.

D) promoção, quando precedida de concurso interno, hipótese em que o servidor passa a ocupar outro cargo efetivo.

E) posse em outro cargo público não passível de ser acumulável com o anteriormente ocupado pelo servidor.

30) Maria, servidora estável, sofreu penalidade de demissão em janeiro de 2015. A pena foi invalidada por decisão judicial transitada em julgado em janeiro de 2018. Ocorre que o cargo de Maria, que é servidora pública federal, encontra-se provido pela servidora Joaquina. Nesse caso, conforme preceitua a Lei no 8.112/1990, Maria será:

A) reintegrada ao seu cargo, sendo ressarcida de todas as vantagens referentes ao período em que ficou fora do serviço público.

B) aproveitada em outro cargo com atribuições e vencimentos compatíveis com o anterior.

C) colocada em disponibilidade, com direito de receber todos os vencimentos e vantagens inerentes ao cargo, até que seja providenciada a recolocação de Joaquina.

D) reintegrada ao seu cargo, sendo ressarcida apenas dos vencimentos referentes ao período em que ficou fora do

serviço público.

E) redistribuída, sendo observados os requisitos legais de tal instituto, como por exemplo, a equivalência de vencimentos.

31) Joana, servidora pública federal, detentora de cargo efetivo em determinado órgão do Poder Judiciário, será redistribuída para outro órgão, de acordo com as disposições previstas na Lei no 8.112/1990. Nesse caso, a redistribuição:

A) seria admissível ainda que Joana não fosse detentora de cargo efetivo, mas sim de cargo em comissão, dada a paridade aplicável às modalidades de cargos.

B) não exige a manutenção da essência das atribuições do cargo.

C) exige apreciação do órgão central do SIPEC, que será prévia à redistribuição ou posterior, dependendo da urgência.

D) deverá ocorrer obrigatoriamente para outro órgão do Poder Judiciário.

E) dar-se-á no interesse da Administração ou do servidor, conforme os demais requisitos aplicáveis ao caso concreto.

32) O Sr. Jorge não foi aprovado em estágio probatório para o primeiro cargo público que ocupou. Nesse caso, ele será:

A) demitido.

B) transferido.

C) reaproveitado.

D) readaptado.

E) exonerado de ofício.

33) A nomeação para cargo público de carreira em caráter efetivo, seguida da tomada de posse no cargo, envolve:

A) a impossibilidade jurídica de o servidor nomeado e empossado vir a ser exonerado, contra a sua vontade, do cargo que passou a ocupar.

B) a imediata aquisição da estabilidade no cargo, consistente no direito de nele permanecer, somente vindo a perdê-lo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

C) a observância do requisito da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade, tornando-se, posteriormente, impossível a exoneração do servidor, contra a sua vontade, do cargo que passou a ocupar.

D) o cumprimento, pelo servidor, de estágio probatório de 2 anos, podendo ser o mesmo exonerado em caso de avaliação negativa de sua aptidão e capacidade no desempenho do cargo, independentemente de processo regular de avaliação.

E) a observância do requisito da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade, assim como a observância de outros requisitos previstos em lei.

34) Segundo a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores as e fundações públicas federais,

A) o servidor público deverá se afastar do cargo quando investido, além de outros, nos seguintes mandatos eletivos: deputado federal, governador de estado, deputado estadual, prefeito municipal e vereador.

B) são, dentre outros, requisitos para a investidura em cargo público, ter idade mínima de 18 anos, estar no gozo dos direitos políticos, ser brasileiro nato e a quitação com obrigações eleitorais.

C) também são formas de provimento em cargo público: reintegração, promoção, reversão, nomeação e conversão.

D) a posse em cargo público, que ocorre apenas no provimento por nomeação, pode se dar por procuração específica, desde que o agente justifique o motivo da impossibilidade de comparecimento ao ato.

E) é direito do servidor público licenciar-se, sem remuneração, para o exercício de mandato em associação de classe de âmbito nacional, computando-se este tempo como de efetivo serviço, exceto para promoção por merecimento.

35) Entende-se como forma de provimento em cargos públicos por servidores públicos, na forma da Lei nº 8.112/90:

A) Readaptação, que consiste na investidura em cargo público de provimento efetivo, por servidor público concursado, quando não tiver obtido aprovação integral no estágio probatório, mas tiver recebido recomendação de ocupação de cargo com atribuições e exigências de nível imediatamente inferior.

B) Reversão, que se presta a prover em cargo público servidor público que tenha revertido sua demissão judicialmente, mediante anulação do ato que ilegalmente lhe imputou conduta tipificada e punida com aquela penalidade.

C) Reintegração, que consiste no retorno à ativa de servidor público aposentado por invalidez, quando a aposentadoria tenha sido anulada por reconhecimento de ausência de requisitos autorizadores da concessão inicial.

D) Recondição, que se presta a ensejar o retorno do servidor público ao cargo que anteriormente ocupava por qualquer razão ou fundamento em direito admitido, tenha o funcionário obtido a decisão por ato administrativo ou judicial, discricionário ou vinculado.

E) Aproveitamento, que consiste no provimento em cargo por servidor anteriormente colocado em disponibilidade, observada a compatibilidade de atribuições e vencimentos com o cargo anteriormente ocupado.

36) Um participante de pregão presencial que discorde do resultado anunciado ou mesmo de alguma conduta do pregoeiro:

A) deve aguardar a homologação da licitação e a celebração do contrato para impugnar judicial e administrativamente o procedimento, dado que este não contempla a possibilidade de interposição de recurso em momento anterior.

B) deve deduzir irresignação judicial contra a decisão proferida no curso do procedimento, tendo em vista que o presidente da comissão de licitação não detém poderes para revisão dos próprios atos.

C) pode apresentar recurso administrativo contra cada decisão que repute ilegal ou inadequada, sendo dever do pregoeiro suspender o procedimento para prévia análise das impugnações.

D) pode apresentar recurso oral, cujas razões serão reduzidas a termo pelo pregoeiro e decididas antes da nomeação do vencedor.

E) deve, após a declaração do vencedor, manifestar sua irresignação, consignando intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo, nos termos da lei, para apresentar as respectivas razões, sem prejuízo de poder deduzir pleito judicial para eventual anulação do certame.

37) Para efeitos da Lei nº 8.666/93, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público:

A) é considerado servidor público, observando-se que a pena imposta será acrescida da metade quando os autores dos crimes previstos na referida Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

B) não é considerado servidor público, mas a pena imposta será acrescida da terça parte quando os autores dos crimes previstos na referida Lei forem ocupantes de cargo em comissão a em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

C) é considerado servidor público, observando-se que a pena imposta quando os autores dos crimes previstos na referida Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público, será exatamente igual a dos ocupantes dos demais cargos.

D) não é considerado servidor público, observando-se que a pena imposta quando os autores dos crimes previstos na referida Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público, será exatamente igual a dos ocupantes dos demais cargos.

E) é considerado servidor público, observando-se que a pena imposta será acrescida da terça parte quando os autores dos crimes previstos na referida Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

38) De acordo com a Lei nº 8.666/1993, quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio:

A) não é admitido, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo necessária a comprovação individual.

B) é desnecessária a indicação da empresa responsável pelo consórcio uma vez que todos devem atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital.

C) há responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

D) não há impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio, sendo vedado apenas a participação de forma isolada.

E) a indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital, deverá ocorrer no prazo preclusivo de 48 horas após a divulgação do consórcio licitante vencedor.

39) De acordo com a Lei nº 8.666/1993, nas licitações para fornecimento de bens:

A) em qualquer hipótese, é desnecessária a comprovação de aptidão pela absoluta ausência de previsão legal.

B) a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

C) em qualquer hipótese, é desnecessária a comprovação de aptidão em razão da existência de dispositivo legal dispensando expressamente essa comprovação.

D) a comprovação de aptidão será feita obrigatoriamente através de atestados fornecidos exclusivamente por pessoa jurídica de direito público, sendo desnecessária a apresentação de certidões.

E) a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de certidões e atestados fornecidos exclusivamente por pessoa jurídica de direito público, devendo o contra-

tante apresentar necessariamente as duas modalidades de documentos.

40) Considere que em determinado certame instaurado pelo Município tenha sido exigida dos licitantes a apresentação de metodologia de execução. Tal circunstância significa, necessariamente, que:

A) foi adotada a pré-qualificação dos licitantes, com o credenciamento como procedimento substitutivo da modalidade licitatória ordinariamente aplicável.

B) o critério de julgamento adotado foi o de melhor técnica, utilizando-se a pontuação obtida com a metodologia apresentada.

C) se trata de licitação do tipo técnica e preço, devendo a metodologia de execução ser avaliada após a apresentação da proposta econômica.

D) foi dispensada, na fase de habilitação, a apresentação de atestados, utilizando-se os elementos constantes da metodologia para fins de aferição da qualificação técnica.

E) o objeto licitado consiste em obras, serviços ou compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, devendo a metodologia ser avaliada exclusivamente por critérios objetivos.

41) Quanto à eventual possibilidade de fungibilidade das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993, tem-se que:

A) a modalidade pregão, presencial ou eletrônico, poderá ser utilizada em substituição às demais modalidades previstas para contratação de obras, independentemente do valor, desde que de natureza comum.

B) admite-se a substituição da modalidade concorrência pública pela modalidade pregão para alienação de bens móveis inservíveis.

C) é viável a adoção da modalidade convite, alternativa à concorrência pública, para contratação de serviços com valor estimado acima de R\$ 650.000,00, vedada a tomada de preços.

D) é sempre possível adotar a modalidade concorrência pública, independentemente do valor estimado para a contratação de obras ou serviços, em substituição às modalidades tomada de preços ou convite.

E) a modalidade concurso, cabível para a contratação de projetos, pode ser substituída por convite, independentemente do valor, sempre que houver menos de 3 potenciais licitantes.

42) Segundo a Lei nº 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, respeitadas as determinações legais:

A) facultativamente, por meios eletrônicos e obrigatoriamente, em dois jornais de grande circulação, conforme o vulto da licitação.

B) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação

C) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e em dois jornais de grande circulação, independente do vulto da licitação.

D) facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.

E) obrigatoriamente, através da imprensa, pelos meios de comunicação de rádio e televisão.

43) A Lei federal nº 10.520/2002 estipula que o prazo mínimo para a apresentação de propostas para licitações, contado a partir da publicação do aviso, não seja inferior a:

A) 4 dias corridos.

B) 4 dias úteis.

C) 8 dias úteis.

D) 5 dias úteis.

E) 3 dias corridos.

44) A contratação de serviços de vigilância ou de limpeza possui em comum a:

A) possibilidade de prorrogação dos contratos por prazos iguais e sucessivos, independente de limites, desde que demonstrado que os valores praticados são compatíveis com os praticados no mercado.

B) possibilidade de contratação mediante realização de pregão, dada sua natureza comum e possibilidade de descrição objetiva das atividades necessárias.

C) obrigatoriedade do prazo de contratação não exceder um exercício financeiro, salvo se houver comprovação, por ocasião da licitação, da efetiva existência de recursos para fazer frente às despesas de todos os anos de vigência.

D) impossibilidade de contratação mediante dispensa de licitação, admitida apenas a inexigibilidade do certame nos casos de singularidade dos serviços a serem contratados.

E) configuração da natureza jurídica de contrato administrativo, não incidindo, contudo, as prerrogativas da Administração inerentes aos ajustes daquela natureza, com possibilidade de rescisão administrativa unilateral.

45) Quando um agente público comete ato de improbidade, sabe-se que:

A) se trata de servidor público estatutário ou celetista, admitidos mediante concurso público, não sendo indispensável a comprovação de conduta dolosa para aquela configuração.

B) o terceiro que tiver participado, induzido ou concorrido para a prática do ato poderá sofrer as sanções previstas na mesma lei.

C) para sua condenação é indispensável a comprovação de dolo, independentemente da modalidade em questão.

D) agiu com a reprovável quebra de confiança, configurando dolo presumido, o que enseja condenação por ato de improbidade.

E) sua conduta culposa é suficiente para aplicação de algumas penalidades acessórias, mas não admite a tipificação como uma modalidade individualizada de ato de improbidade.

46) No que tange à lei de improbidade administrativa:

A) o integral ressarcimento do dano ao patrimônio público dependerá de ação ou omissão dolosa do agente público, não se aplicando a sanção se meramente culposa a conduta.

B) as disposições da lei de improbidade, dada sua natureza, são aplicáveis somente aos agentes públicos.

C) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar erá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

D) o sucessor daquele que causar a lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito à reparação do prejuízo ilimitadamente.

E) os atos de improbidade administrativa são punidos pela lei específica somente se praticados contra a administração direta, aplicando-se as normas do Código Penal em relação aos atos lesivos à administração indireta ou fundacional.

47) Lara, servidora pública federal, no interesse do serviço, passou a ter exercício em nova sede, ocorrendo mudança de domicílio em caráter permanente. Neste caso, dispõe a Lei no 8.112/1990, que a ajuda de custo:

A) será calculada sobre a remuneração de Lara, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a im-

portância correspondente a três meses.

B) não será devida à família de Lara se esta vier a falecer na nova sede, uma vez que esta vantagem é paga exclusivamente ao servidor.

C) será devida, correndo por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, não compreendendo bagagem e bens pessoais.

D) será devida inclusive na hipótese de o cônjuge de Lara, que detém também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede, uma vez que é uma vantagem pessoalíssima perfeitamente acumulável.

E) não é devida, uma vez que o direito ao recebimento da ajuda de custo está condicionado à transferência temporária.

48) A aplicação de penalidades disciplinares aos servidores deve guardar relação:

A) direta com o que está expressamente previsto na lei, podendo, no entanto, a autoridade deixar de aplicá-la no caso do servidor não ter praticado nenhuma infração anteriormente.

B) não só com a natureza e a gravidade da infração cometida, mas também com os danos que ela causar ao serviço público.

C) com a gravidade do ato, a exemplo da penalidade de demissão, que somente pode ser aplicada em caso de reincidência.

D) com a natureza do ato, a exemplo da demissão, que só pode ser aplicada em caso de infração disciplinar que também configure crime.

E) com os danos causados, a exemplo da penalidade de demissão, que poderá ser convertida em multa, no caso da infração cometida, embora grave, não ter surtido prejuízos ao erário.

49) No que se refere à prescrição no âmbito da ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que:

A) o prazo prescricional começa a correr da data da ocorrência do fato.

B) a abertura de sindicância não interrompe a prescrição.

C) a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

D) infrações puníveis com demissão são imprescritíveis.

E) prescreve em 2 anos a ação disciplinar quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

50) Considere a seguinte situação hipotética: Julia, servidora pública federal, pretende afastar-se de seu cargo para servir em organismo internacional de que o Brasil participa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o aludido afastamento:

A) permitirá à Julia optar entre ficar ou não com sua remuneração, e, escolhendo a primeira hipótese, deverá declinar de qualquer montante remuneratório oferecido pelo organismo internacional.

B) dar-se-á com perda total da remuneração.

C) dar-se-á obrigatoriamente sem prejuízo da remuneração.

D) não está previsto na referida Lei.

E) dar-se-á com perda parcial da remuneração.

Gabarito – Direito Administrativo

| | | | | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 01. B | 02. C | 03. E | 04. C | 05. A | 06. E | 07. D | 08. D | 09. D | 10. E |
| 11. A | 12. A | 13. C | 14. A | 15. D | 16. D | 17. E | 18. E | 19. A | 20. D |
| 21. C | 22. A | 23. D | 24. C | 25. D | 26. B | 27. A | 28. E | 29. E | 30. A |
| 31. D | 32. E | 33. E | 34. E | 35. E | 36. E | 37. E | 38. C | 39. B | 40. E |
| 41. D | 42. D | 43. E | 44. B | 45. B | 46. C | 47. A | 48. B | 49. C | 50. B |

TEMAS DE REDAÇÃO

Tema 01: *A capacidade da internet de empoderar o indivíduo*

TEXTO

Na minha opinião, um dos efeitos mais importantes da web é dar às pessoas mais condições de cobrar responsabilidade de empresas, governos e outros atores sociais. O acesso às informações do mundo inteiro e a capacidade de passá-las adiante foram durante séculos controlados pelos mais ricos e bem-educados. Ao derrubar muitas das barreiras entre as pessoas e a informação, a internet efetivamente democratizou o acesso ao conhecimento humano, tornando-o disponível para todos. Uma criança de Salvador poderá analisar livros da Biblioteca Bodleian, em Oxford, como se fosse aluno daquela universidade. [...] A internet vai muito além de melhorar o funcionamento dos mercados. Acima de tudo, ela abriu espaço para as comunidades de todos os tipos. Eleitores e políticos se comunicam diretamente uns com os outros. Novas avenidas de auto-expressão garantem que uma voz individual atinja um público global. Preservar esses benefícios deveria estar entre as prioridades mais altas da agenda social e econômica do planeta.

TEXTO

Com a democratização do acesso à internet e a ascensão das redes sociais, as pessoas passaram a ser difusoras de conteúdo. Para a geógrafa Neli de Mello-Théry, o uso da web pela sociedade para cobrar o poder público é uma forma de exercer a cidadania. [...] Para João Ramirez, co-criador da campanha Floresta Faz a Diferença, estamos vivenciando uma mudança de paradigma na web: do comercial para o social. “As pessoas hoje se engajam por mudanças. Não é mais apenas para conversar, ler fofoca e buscar conteúdo”, falou.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema: A capacidade da internet de empoderar o indivíduo. Apresente experiência ou proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Tema 02: *A construção de mecanismos que permitam o surgimento de artistas engajados socialmente*

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A construção de mecanismos que permitam o surgimento de artistas engajados socialmente”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

TEXTO I

No campo artístico há um debate antigo que divide a funcionalidade da arte na sociedade em basicamente dois eixos: a arte engajada e a dita ‘arte pela arte’. No Recife, celeiro cultural do Brasil e uma cidade historicamente envolvida em revoluções sociais, o assunto voltou à tona no meio artístico por conta de recentes movimentos, a exemplo do Ocupe Estelita, que fazem uso das intervenções artísticas de forma mais politizada.

Mas o que os artistas da cena pensam a respeito? Se de um lado há quem defenda o uso da arte engajada, do outro existem os que não necessariamente buscam um aspecto politizado para levar seu trabalho adiante.

Antes de entrar nesta discussão, vale a pena relembrar fatos históricos que contextualizam o assunto. Tatiana Ferraz, professora de História da Arte da Faculdade ASCES, comenta sobre quando se começou a separar a arte através destes eixos. “A divisão de pensamento entre arte engajada e arte pela arte surgiu com força no período das revoluções industriais (XVIII) e das vanguardas modernistas. Uma época na qual os movimentos artísticos buscavam a originalidade e a questão do consumo começou a interferir na própria arte.

TEXTO II

A importância da cultura para o desenvolvimento social e econômico do país é um esclarecimento que os políticos brasileiros definitivamente não têm. Apenas cinco dos treze candidatos à presidência apresentaram projetos para a cultura em seus programas de governo. A maioria não menciona o assunto e a palavra cultura nem sequer é proferida em campanhas eleitorais. Diante da absoluta falta de comprometimento de nossos atuais e futuros representantes públicos, cresce a relevância do discurso daqueles que trabalham pela arte e pela cultura. Felizmente eles são muitos, cada vez mais abundantes. A seguir, algumas vozes que ecoam no Rio de Janeiro.

Em “Arte Democracia Utopia – Quem Não Luta Tá Morto”, no Museu de Arte do Rio (MAR), o curador Moacir dos Anjos se refere ao caráter essencialmente político do pensamento utópico que marca a arte brasileira recente. “São muitas as maneiras de fabular outro lugar que possa existir no futuro, embora fazer política e fazer arte sejam duas das mais antigas e constantes”, aponta dos Anjos no texto curatorial. Os trabalhos dos cerca de 60 artistas e coletivos ali reunidos expressam, por um lado, o inconformismo com a realidade – como os bordados de Rosana Palazyan, que representam a dor e o vazio de mães que perderam seus filhos para a violência cotidiana. Por outro, eles mostram que é possível criar lugares que não existem “por agora” e fazem de seus trabalhos processos de cura (Ayrson Heráclito promove um ritual de limpeza espiritual no MAR) e de aprendizado.

TEXTO III

“Não me parece que se sustente hoje a ideia de que haja uma cultura brasileira, nacional, única e homogênea. Seria necessário reconhecer a existência de tempos e espaços diferenciados: há uma cultura letrada ou erudita, uma cultura popular de cunho folclórico, uma cultura de massa ou indústria cultural, que atinge várias classes e, por hipótese, uma cultura criadora individualizada. Cada uma tem seu dinamismo próprio, embora as interações não sejam poucas. [...] hoje, certamente, os meios de instrução superior são muito mais acessíveis aos jovens de talento. Fiquemos à espera de criadores do mesmo nível. Há boas promessas. Quem viver verá.”

Tema 03: *A crescente crise da mobilidade urbana brasileira*

Não é novidade para ninguém que conseguir trafegar pelas ruas e avenidas de Campinas se tornou um calvário hoje em dia, mas projeções mostram um cenário futuro ainda mais preocupante para a cidade, que poderá entrar em colapso em até oito anos, caso não sejam adotadas medidas eficientes para destravar o enorme fluxo de veículos que transitam diariamente na metrópole.

Considerando a quantidade de ruas, avenidas e vielas na área urbana e o constante aumento da frota, estariam faltando aproximadamente 284 mil veículos para “travar” todos os acessos da cidade. As autoridades apostam em um plano emergencial em pontos críticos para tentar desafogar as vias e reduzir o caos. Para especialistas, a cultura sobre a mobilidade urbana deve ser revista. [...]

O bombeiro Edson Barbosa, de 40 anos, sabe bem o que é ficar travado no trânsito todos os dias. Há dez anos, ele faz o mesmo percurso de Hortolândia, onde mora, até o Centro de Campinas, e inevitavelmente utiliza a Avenida Lix da Cunha. De acordo com a Emdec, a via é a que apresenta maior volume diário médio de Campinas, com um fluxo de 84 mil veículos, e trava, literalmente, no início da manhã e fim de tarde. “Gasto mais de 30 minutos do trevo da Bosch até a Estação Cultura. Um trecho que, no final de semana, não leva cinco minutos”, apontou o bombeiro, que percebe um aumento maior de veículos nos últimos três anos.

Já as obras dos corredores do BRT (Bus Rapid Transit), sistema de ônibus rápidos e com alta capacidade de passageiros –, que estavam previstas para começarem em 2014, ficaram para este ano. Os corredores deverão atender uma população de cerca de 300 mil pessoas que vive nos eixos Centro-Campo Grande e Centro-Ouro Verde. Essa é uma obra que o governo municipal aposta para dar maior fluidez no trânsito. [...]

“Para isso, é preciso mais e melhores transportes públicos nas ruas. Também é necessário iniciativas políticas que reduzam a procura pela compra desenfreada de carros. Teremos que pensar em alternativas rapidamente, como, por exemplo, mais estacionamentos gratuitos na região central e mais transporte público em mais localidades”, avalia.

A pesquisadora, também especialista em planejamento urbano saudável, afirma que o aumento da frota tem impacto diretamente na saúde da população. “Deveria haver normas mais rígidas para que os carros saíssem das fábricas com aspectos mais ecologicamente corretos. E, no mesmo compasso, deveríamos usar transportes saudáveis e sustentáveis, como a bicicleta. Não é uma matemática impossível de calcular, basta todos os setores da sociedade pensarem juntos e tomarem a iniciativa de mudar a questão de mobilidade nos grandes centros.”

Tema 04: *A crise de representatividade política*

Preocupa cada vez mais o chamado partido dos “sem voto”, que nas últimas eleições chegou, em algumas cidades, a superar os votos recebidos pelo vencedor somados às abstenções, aos votos nulos e em branco. É apenas um gesto de desgosto com a política ou algo mais? Até onde vai o desencanto e onde começa o protesto?

É democrático porque está previsto em lei. É também um voto útil? Talvez não. Ou melhor, é útil para os candidatos que disputam a eleição, especialmente para o que lidera a disputa. Segundo o jurista formado em Harvard Joaquim Falcão, é ilusório acreditar que existe o não voto. “Quem não participa, aceita, contribui, se resigna com o resultado provável”. E acrescenta: “No fundo, vota em quem vai ganhar”, diz ele num artigo em O Globo. Não existe, portanto, segundo ele, a possibilidade de lavar as mãos, porque quem não vota também está votando. É só isso ou existe algo mais profundo no atual abandono do voto por parte de milhões de brasileiros? De quem é a culpa por esse paradoxo de que não votar é votar em quem vai ganhar? É um problema grave para a democracia. Sem dúvida, a culpa não é do eleitor desiludido com a política, mas do sistema de democracia representativa atual.

A solução seria uma mudança radical na lei eleitoral, começando para que o voto, no Brasil e na grande maioria das democracias do planeta, seja livre e não obrigatório. As leis deveriam permitir que viessem para a política aqueles que realmente querem se empenhar no bem da sociedade e não em chegar ao poder com todos os privilégios que isso implica. Hoje existe quase uma casta de candidatos, às vezes clãs familiares, que são aqueles que acabam disputando e vencendo as eleições. No final, a chave da corrupção política está aí, pois hoje em dia as campanhas eleitorais são caríssimas. Ninguém se elege sem muito dinheiro à disposição. Como mudar isso?

É verdade que segundo a lei, como afirma o jurista brasileiro, o eleitor acaba sendo culpado pelo resultado da eleição votando ou não. No entanto, neste momento acredito que o protesto que implica não votar ou anular o voto vai mais longe. É tão grande que, mesmo ainda não influenciando o resultado final, é um aviso para a classe política. O que aconteceria se num país como este, em que o voto é obrigatório, 80% dos eleitores deixassem de votar? E se ninguém votasse?

O interesse em participar da vida pública é sinal de uma democracia viva e consciente. Da mesma forma, o desprezo pelo voto, o desinteresse pela coisa pública, a rejeição daqueles que se candidatam para serem eleitos, são o pior alerta de que algo não funciona. Uma democracia que aparece sequestrada por interesses bastardos de políticos cada vez mais comprometidos com o crime e mais distantes da realidade viva das pessoas carrega em seu seio os germes do fascismo.

O partido do não voto parece querer lançar um alerta no Brasil que os políticos deveriam ouvir. E 2018 está aí. Uma data que poderia decidir e comprometer o futuro do país. Serão as presidenciais do pós-impeachment e do pós-Lava Jato. Os brasileiros terão um candidato realmente ficha limpa a quem confiar a esperança e o bem-estar deles e de seus filhos?

Juan Arias: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/opinion/1477430164_717014.html

Os texto de Juan Arias, colunista da versão brasileira do jornal EIPaís, reflete sobre um problema que parece fazer parte não só do Brasil, mas também de diversas outras nações: a crise de representatividade política. Considerando as suas experiências cotidianas e leituras a respeito do assunto, produza um texto dissertativo-argumentativo de até 30 linhas trazendo fatos e explicações que fundamentem seu ponto de vista acerca da reflexão

Tema 05: “Cultura do estupro”: a culpa é da vítima?

Mulher com roupa curta merece ser atacada

Um estudo divulgado nesta quinta-feira (27) pelo Ipea revela que a maioria da população brasileira acredita que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”.

[...]

A pesquisa [...] sobre a tolerância social à violência contra as mulheres, entrevistou 3.810 pessoas em todas as unidades da federação durante os meses de maio e junho de 2013, sendo que as próprias mulheres representaram 66,5% do universo de entrevistados.

[...]

Na pesquisa do Ipea, os entrevistados foram questionados se concordavam ou não com frases sobre o tema. Nada menos que 26% concordaram que a mulher que usa roupa que mostra o corpo merece ser atacada.

[UOL Cotidiano]

Cultura do estupro

Na opinião da professora do Departamento de Sociologia da PUC-SP Carla Cristina Garcia, os resultados [da pesquisa] mostram uma inversão de papéis entre mulheres e agressores. “O comportamento da vítima jamais pode ser apontado como motivo da violência”, alerta. “É preciso acabar com essa cultura do estupro, que está naturalizada.”

[...]

Segundo Carla, é comum educar a mulher para sobreviver em um mundo sexista e violento, com restrições sobre roupas e lugares que frequenta. “Já as campanhas contra assédio no trabalho e no transporte público, por exemplo, aparecem menos.”

[Estadão/Brasil]

Perfil das vítimas

Os registros demonstram que 89% das vítimas são do sexo feminino e possuem, em geral, baixa escolaridade. Do total, 70% são crianças e adolescentes. “As consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima - que se dá exatamente nessa fase - estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos”, aponta a pesquisa.

Em metade das ocorrências envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores. Para o diretor do Ipea, “o estudo reflete uma ideologia patriarcal e machista que coloca a mulher como objeto de desejo e propriedade”.

[Ipea]

Exponha em um texto Dissertativo Argumentativo, a problemática da Culpabilidade do esturpo, procurando explicar as causas desse problema social brasileiro. (Não se esqueça da intervenção que esteja de acordo com o Código dos Direitos Humanos)

Tema 06: A dificuldade do acolhimento aos refugiados

TEXTO

Na semana passada, a ONU organizou um encontro em Nova York para falar de dois temas que, embora não pareçam, estão intimamente ligados: refugiados e urbanização sustentável. Há hoje no mundo todo um bilhão de pessoas vivendo em favelas, tendência impulsionada justamente pela onda de refugiados que se instalam em condições precárias em cidades de vários países. E não há solução que não seja global tanto para a crise dos refugiados quanto para o clima.

Segundo dados divulgados no encontro, esses migrantes vivem em média 17 anos em campos de refugiados. Ou seja, os locais que os acolhem não são instalações temporárias, e sim permanentes. Se forem bem planejadas, poderão contribuir para que, em vez de problema, o contingente de refugiados se torne um ativo.

Na visão da ONU, os refugiados devem ser cocriadores das cidades que habitam, totalmente integrados a elas. E as cidades que fizerem isso estabelecerão uma relação de ganha-ganha baseada em diversidade e crescimento. Infelizmente, o que prevalece hoje é uma abordagem fragmentada, anti-urbana e marcada pela negação da presença dessas pessoas. “A migração é, na verdade, uma força urbana inerentemente positiva”, afirma Eliasson. “Mas precisamos de esforços melhores, mais coerentes e coordenados para lidar com a questão”.

TEXTO

A chanceler alemã Angela Merkel expressou nesta segunda-feira seu desejo de que os líderes europeus deem um “bom passo” em direção a uma solução para a crise de refugiados, que inclui a redução dos fluxos de imigrantes irregulares em todos os países e não só em alguns através de medidas unilaterais. Para ela, o plano de ação com a Turquia é a “chave” para enfrentar a crise de refugiados porque significa melhorar as condições de vida das pessoas mais perto de seus países de origem e reduzir o fluxo de chegadas na Europa. Antes defensora de uma política para acolher os refugiados, Merkel está adequando seu discurso diante das muitas dificuldades que a Europa e a própria Alemanha estão enfrentando.

TEXTO

“Ter um time de refugiados me fez ver que tem lugar no mundo para nós. Isso representa tudo”, diz, em um português simples. Mariama Bah assistiu às lutas nesta quarta-feira (10/08) ao lado de dezenas de refugiados na sede da Cáritas, braço humanitário da Igreja Católica, no bairro do Maracanã.

[...]

Para ela, a Olimpíada ajuda a dar visibilidade aos refugiados. “Somos jovens com sonhos. Não temos só histórias tristes, temos vitórias”, diz. Uma delas, para Mariama, é conseguir trazer a filha para o Brasil. A menina, hoje com 12 anos, mora em Gâmbia com as tias e deve chegar em setembro para ficar com a mãe. “Meu coração sempre ficou dividido, com ela lá e eu aqui. Não quero que ela passe pelo que eu passei. Aqui ela vai poder estudar”, afirma.

Tema 07: A educação como solução para ressocialização

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: “A educação como solução ressocialização de detentos: utopia ou realidade?”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Anderson foi preso por tráfico de drogas e é interno da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, no complexo de Bangu, onde cursa a 6ª série do ensino fundamental desde o início do ano. Ele é um dos beneficiados pela Lei 12.433, que dá a presidiários o direito de reduzir sua pena frequentando aulas dentro da prisão. Desde que a lei foi promulgada, há dois anos, subiu de 8% para 10,2% a parcela de detentos no Brasil com acesso a atividades educacionais, algo que especialistas consideram essencial no processo de ressocialização.

A lei foi criada para incentivar a adesão dos detentos ao ensino básico, mas o objetivo esbarra na falta de infraestrutura. Um levantamento do Ministério da Justiça, feito após solicitação do GLOBO via Lei de Acesso à Informação, mostra que, das 1.410 prisões no país, 40% (565) não têm sequer sala de aula. Estão em desacordo com a Lei 12.245, de 2010, que obriga todas as unidades penais a oferecer educação básica e profissionalizante a seus internos.

Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apenas-um-em-cada-10-detentos-estuda-no-brasil-8709849> Acesso em 14 fevereiro 2017

TEXTO II

Ester Rizzi, assessora da Ação Educativa, que realiza estudos sobre a educação em sistemas prisionais, acredita que há uma “visão forte” entre gestores e sociedade de que o ensino para presos é “privilegio”. “A violação do direito à educação é mais uma das violações que ocorrem no nosso sistema prisional. A pena no Brasil diz respeito à privação de liberdade. Os outros direitos – à educação, à saúde, à dignidade humana – têm de ser respeitados”, afirma.

Segundo a pesquisadora, a estrutura física dos presídios é um dos grandes empecilhos para a oferta educacional nesses ambientes. Além disso, ela acredita que os gestores educacionais – e não de segurança pública – é que devem cuidar dessa oferta. Muitas vezes, não são professores das redes que ministram cursos para os presidiários. Em São Paulo, essa é uma mudança recente. “É um avanço porque as políticas chegarão a eles da mesma forma”, diz.

Ester garante ainda que há outro mito em relação aos presos: o de que eles não se interessam pelos estudos. A Ação Educativa produziu uma pesquisa no ano passado, entrevistando os detentos, e constatou que, embora 72% dos participantes da pesquisa não estivessem estudando, 86% afirmaram que gostariam de estudar. Mais da metade dos entrevistados nunca passaram por cursos formais na prisão.

Disponível em

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-01-21/mesmo-previsto-em-lei-ensino-so-chega-a-89-dos-presos-no-brasil.html> Acesso em 13 fevereiro 2017.

Tema 08: A escolha alimentar da população

Fast-food do bem?

Esta é para deixar pais e especialistas de cabelo em pé: a obesidade infantil aumentou cinco vezes nos últimos 20 anos e hoje atinge cerca de 15% dos baixinhos brasileiros, ou cerca de 5 milhões de crianças. Quem garante é a Sociedade de Pediatria de São Paulo. Dados do gênero explicam por que todos apontam o dedo em riste para a dobradinha hambúrguer e batata frita, ícones da chamada comida trash, que a garotada devora num piscar de olhos. A boa notícia é que uma luz de esperança começa a brilhar nesse cenário tão sombrio.

Em resposta à acusação, o cardápio dessas fábricas de delícias gordurosas está abrindo espaço para itens praticamente impensáveis há alguns anos, como saladas, sucos, grelhados, queijinhos e até frutas. O movimento é mais forte nos Estados Unidos, mas felizmente a tendência já está desembarcando por aqui, mesmo que timidamente. “Devido aos altos índices de obesidade e de doenças crônicas, essa providência, mais do que desejável, é necessária”, opina a nutricionista Bianca Chimenti, da Nutrociência, em São Paulo. É um começo, mas, segundo a especialista, ainda não é o suficiente. “Precisamos de campanhas de educação alimentar para pais e filhos”, diz Bianca.

É proibido proibir

Vamos ser francos. Não dá para riscar da vida dos filhos os sanduíches e os milk shakes. Fazer isso seria também privá-los do convívio social, porque se tem um programa que a garotada adora é ir com a turma à lanchonete. “Em vez de proibir, o melhor é controlar esse tipo de alimento”, argumenta Fábio Ancona Lopez, professor titular do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Por serem muito gordurosas e pobres em fibras, vitaminas e minerais, o ideal é que essas comidas sejam consumidas uma ou duas vezes por mês”, sugere.

(...)

Tem razão, as crianças às vezes vencem pelo cansaço. Para o bem delas, resista, explique, eduque. A nutricionista Tânia Rodrigues, da RG Nutri Consultoria Nutricional, em São Paulo, ensina o caminho das pedras:

1. Lanchonete todos os dias, só em sonhos. Deixe isso muito claro.
2. Sugira lanches sem muito recheio, como o cheeseburger ou o cheese-salada. Se puder, suma com a maionese, muito rica em gordura. O cachorro-quente é uma boa pedida, desde que venha com pouco acompanhamento.
3. Uma generosa porção de fritas pode perfeitamente ser compartilhada por duas ou três pessoas. Não precisa mais do que isso para matar a vontade.
4. Se o pequeno insistir no refrigerante, tudo bem. Mas proponha substituí-lo por suco de frutas ou água.
5. Outra troca justa: a maionese pelo trio ketchup, mostarda e picles para incrementar o sanduíche.
6. É milk-shake ou batata frita. Ambos é overdose de calorias.

[Saúde]

Um estudo feito por pesquisadores de diversas instituições norte-americanas, publicado na revista médica "The Lancet", mostra de forma categórica que tal dieta realmente faz mal à saúde.

[Agência Fapesp, 04/01/2005]

Tendo os dados acima como um dos exemplos possíveis, produza um texto Dissertativo Argumentativo com as seguintes questões: o governo deveria criar alguma lei para controlar as propagandas das redes de fast-food? A quem cabe, afinal, a responsabilidade sobre a escolha alimentar da população? Ao governo, à família, à sociedade?

Instruções:

Faça o texto à caneta, caso erre faça um traço simples; em forma denotativa e em prosa, com mínimas 15 linhas e máximas 30 linhas; título obrigatório.

Tema 09: A falta de acesso à cultura na sociedade brasileira

Texto II

O ser humano é essencialmente cultural. Ele nasce, vive e morre imerso em uma determinada cultura, com seus modos de vida, língua, rituais, instituições, conhecimento e valores próprios. Por isso, ele vê o mundo a partir de sua própria cultura. Dentro desse tecido cultural em que vivemos e nos desenvolvemos, podemos fazer um recorte específico da cultura, igualmente importante para que nos tornemos seres humanos completos: as artes. Independentemente de serem artes populares, como o cordel, a música popular, o repente, a dança de salão, a escultura na areia ou artes eruditas como a música clássica, as artes visuais, a literatura, o teatro, o cinema, vídeo-arte.

As artes, por não se dirigirem à razão, mas à sensibilidade, comportam várias interpretações, agregando significados à medida em que são desvendadas por olhares diferentes. As artes organizam a experiência vivida a partir do sentimento e da imaginação e, por isso mesmo, abrem as portas das possibilidades. Não têm por função retratar o mundo como ele é, mas indicar como ele pode ser para o artista e para cada um de nós. De qualquer forma, as artes são uma forma de conhecimento do mundo, conhecimento sensível da estrutura, da organização do mundo humano. Mobilização do sentimento, do poder de imaginar outros mundos além do mundo real que habitamos, compreensão da nossa relação com o mundo e a natureza, prazer estético: esses são os benefícios da cultura e da arte dos quais todos nós temos o direito de usufruir. Desse direito deriva a preocupação com a democratização cultural, considerada em seu sentido restrito. Mas o que vem a ser a democratização cultural e como ela pode ser feita?

Um dos sentidos de democratizar a cultura é ampliar o acesso aos bens culturais universais, já existentes, permitindo que as pessoas construam o seu modo próprio de ser e de participar na comunidade e na sociedade como um todo. Ampliar a distribuição e a compreensão da produção cultural, em vez de adaptá-la ou facilitá-la, enfaquecendo-a, permite que nós nos apropriemos de instrumentos de expressão e possamos construir uma consciência crítica diante do mundo em que vivemos. O acesso à cultura envolve vários aspectos: o acesso físico implica em melhor distribuição geográfica dos equipamentos culturais e o transporte fácil e seguro para que todos, da periferia, do centro, dos subúrbios, possam chegar facilmente e com segurança aos locais onde os eventos culturais acontecem; o acesso econômico diz respeito aos custos de participar da vida cultural da cidade ou de uma comunidade, custos esses que precisam ser subvencionados tanto para que a criação quanto o consumo sejam possíveis para todos os membros da população; e o acesso intelectual, ou seja, a compreensão das linguagens da arte, da história e do contexto social em que a cultura é criada. O acesso intelectual propicia uma compreensão mais profunda de um produto cultural e pressupõe dois trabalhos: o de formação de público e o de formação de agentes culturais.

Tema 10: A favela e a realidade urbana

Texto 1

As favelas no Brasil ou aglomerados subnormais no Brasil (denominação adotada oficialmente pelo IBGE a partir do Censo de 2010), são considerados como uma consequência da má distribuição de renda e do déficit habitacional no país. A migração da população rural para o espaço urbano em busca de trabalho, nem sempre bem remunerado, aliada à histórica dificuldade do poder público em criar políticas habitacionais adequadas, são fatores que têm levado ao crescimento dos domicílios em favelas. No final do século XIX, os primeiros assentamentos eram chamados de "bairros africanos". Estes eram os lugares onde ex-escravos sem terras e sem opções de trabalho iam morar. Mesmo antes da primeira "favela" passar a existir, os cidadãos pobres eram afastados do centro da cidade e forçado a viver em distantes subúrbios. No entanto, as favelas mais modernas apareceram na década de 1970, devido ao êxodo rural, quando muitas pessoas deixaram as áreas rurais do Brasil e mudaram-se para as cidades. Sem encontrar um lugar para viver, muitas pessoas acabaram morando nas favelas. De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados durante o Censo de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população) viviam em aglomerados subnormais. O IBGE identificou 6.329 favelas em todo o país, localizadas em 323 dos 5.565 municípios brasileiros.

Texto 2

"A favela não é um problema, nem uma solução. A favela é uma das mais contundentes expressões das desigualdades que marcam a vida em sociedade em nosso país, em especial nas grandes e médias cidades brasileiras. É nesse plano, portanto, que as favelas devem ser tratadas, pois são territórios que colocam em questão o sentido mesmo da sociedade em que vivemos. O significado da apropriação e uso do espaço urbano deve estar na primeira página de uma agenda política de superação das más condições de vivência no nosso mundo. Estamos diante de um desafio, e não mais diante de um "problema dos outros".

Como se pode notar, os textos da coletânea apresentam informações diversas sobre "A favela e a realidade urbana no Brasil". Nesse sentido, escreva um texto Dissertativo Argumentativo, no qual exponha suas ideias acerca do tema proposto nesse texto base; (Deve haver intervenção).

Tema 11: A importância da educação financeira na vida do cidadão

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A importância da educação financeira na vida do cidadão”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Cerca de 62,6 milhões de brasileiros fecharam 2018 com o nome sujo, diz SPC

Cerca de 62,6 milhões de brasileiros terminaram 2018 com alguma conta atrasada e com o CPF negativado, o que representa 41% da população adulta do país. Em 2017, eram 60,2 milhões de brasileiros. As estimativas são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e foram divulgadas nesta terça-feira (15). Essa estimativa parte dos dados do SPC Brasil, mas é aplicada uma metodologia para calcular a situação que represente toda a população brasileira.

Mesmo com a lenta recuperação econômica, as famílias ainda enfrentam dificuldades para honrar seus compromissos em dia, disse o presidente da CNDL, José Cesar da Costa. “(...) o brasileiro, mesmo diante da crise recente, ainda não aprendeu a gerenciar melhor as finanças.” A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, afirma que as notícias para 2019 tendem as melhores e o processo de recuperação econômica deve se acelerar.

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/15/dividas-em-atraso-calote-spc-brasil-2018.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2019. (Adaptado). © 1996 – 2019 UOL – O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados.



Tema 12: A importância da valorização do índio no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema: A importância de valorizar a população indígena. Apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A diversidade étnica brasileira é uma característica peculiar que faz do Brasil um país multicultural, graças ao patrimônio cultural dos diversos grupos sociais formadores da sociedade nacional. Dentre as contribuições desses grupos destacam-se as das nações indígenas, povos considerados nativos uma vez que originariamente constituíram comunidades locais nas terras brasileiras, pelas quais lutaram arduamente contra a ação arrebatadora dos colonizadores europeus. Apesar do extermínio sofrido muitas populações indígenas resistiram e atualmente seus integrantes são reconhecidos como sujeitos de direitos, que devem ser promovidos e protegidos pela ordem jurídica nacional, em razão da tutela do patrimônio cultural da humanidade, da qual faz parte a identidade indígena.

TEXTO II



TEXTO III

Indígenas da tribo Kayapó, que vivem em Tucumã, no interior do Pará, foram alvo de um episódio de racismo e preconceito no início desta semana. Desde o último dia 17, eles estavam em Goiás participando do 15º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros e voltariam para a sua aldeia no último domingo (26), mas tiveram que adiar a viagem por conta da discriminação. De acordo com Isaac Kayapó, líder da tribo, uma mulher que estava em uma poltrona da parte inferior do veículo se incomodou com a presença deles. “Nós que pagamos! Ou vocês descem ou eu chamo a polícia”, teria dito a passageira. Isaac conta que, apesar da indignação pelo preconceito que estavam sofrendo, os índios optaram por não dar importância à discussão e, acuados, os quatro desceram do ônibus e foram largados no meio da rodovia. “Ela disse um monte de coisa horríveis, mas não queríamos brigar”, disse. “É um preconceito que se vincula a um desconhecimento sobre esses indígenas e se vincula também a um momento que estamos vivendo de muito radicalismo dentro da sociedade e essas pessoas às vezes saem do armário. Elas não falavam, e hoje elas acham que podem falar e exercitar seu racismo cotidianamente”, observou Tiago Garcia, assessor da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que é uma das organizadoras do Encontro. “Ela cometeu um crime e merece ser punida por isso”, completou.

INFORMÁTICA

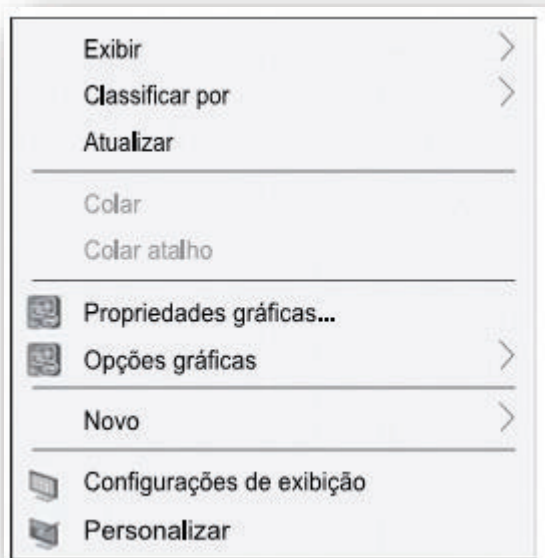
1. VUNESP 2017 TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário

No sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário aciona o Explorador de Arquivos, seleciona um arquivo e pressiona a tecla F3. Em seguida,

- a) o arquivo será deletado definitivamente.
- b) as propriedades do arquivo serão exibidas.
- c) o arquivo será deletado e colocado na Lixeira.
- d) a Ajuda do Windows 10 será ativada.
- e) o cursor será colocado no campo de busca da Ferramenta de Pesquisa.

2. VUNESP 2017 TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário

No sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário clicou com o botão direito do mouse em um espaço livre da Área de Trabalho, e a seguinte lista de opções surgiu na tela.



Esse usuário deseja criar um atalho para um arquivo na Área de Trabalho, e, para isso, ele deve clicar em

- a) “Exibir”, em seguida, selecionar “Atalho” na lista de opções que surge na tela, e seguir as orientações na janela “Criar Atalho”.
- b) “Novo”, em seguida, digitar o nome do atalho na janela que surge na tela.
- c) “Novo”, em seguida, selecionar “Atalho” na lista de opções que surge na tela, e seguir as orientações na janela “Criar Atalho”.
- d) “Atualizar”, em seguida, selecionar “Atalho” na lista de opções que surge na tela, e seguir as orientações na janela “Criar Atalho”.
- e) “Exibir”, em seguida, digitar o nome do atalho na janela que surge na tela.

3. VUNESP 2017 TJ-SP - Assistente Social Judiciário

Para navegar na internet por meio do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, o aplicativo padrão é o

- a) Microsoft Edge.
- b) Microsoft Internet Explorer 10.
- c) Microsoft Safari.
- d) Microsoft Internet Explorer 11.
- e) Microsoft Chrome.

4. VUNESP 2017 TJ-SP - Assistente Social Judiciário

No ambiente do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, no aplicativo acessório WordPad (e em grande parte dos aplicativos em ambiente Windows), quando se deseja selecionar um parágrafo todo, pode-se

- a) dar um triplo clique, com o botão principal do mouse, no parágrafo desejado.
- b) dar um duplo clique, com o botão principal do mouse, no parágrafo desejado.
- c) clicar com o botão secundário no parágrafo desejado e escolher “marcar o parágrafo todo”.
- d) dar um duplo clique, com o botão secundário do mouse, no parágrafo desejado.

e) marcar uma palavra do parágrafo desejado e clicar uma vez com cada botão do mouse.

5. VUNESP 2017 TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário

No sistema operacional Windows, em sua configuração padrão, os **nomes de arquivos ou pastas** seguem algumas regras, sobre as quais é correto afirmar que

- a) o tamanho máximo de caracteres que pode ser utilizado no Windows 10 inclui o nome do arquivo e do seu caminho.
- b) o nome do arquivo no Windows 10 não pode ter caracteres como \ / : * ? " < > |, mas a sua extensão pode incluí-los.
- c) os nomes dos arquivos no Windows 10 podem ter até 128 caracteres.
- d) caracteres como \ / : * ? " < > | podem ser utilizados nos nomes no Windows 10.
- e) o nome do arquivo no Windows 10 não pode ter caracteres como \ / : * ? " < > |, mas o nome do seu caminho pode incluí-los.

6. VUNESP 2017 | TCE-SP | Agente de Fiscalização

Em um computador, instalou-se o MS-Windows 7, em sua configuração padrão. Avalie o quadro a seguir, que apresenta **a pasta Arquivo** e três possíveis situações nas quais se deseja colocar determinados arquivos nessa pasta:

| | 1 | 2 | 3 |
|---|---------------------------------------|---|---------------------------------------|
| Nome da pasta | Arquivo | Arquivo | Arquivo |
| Arquivos que se deseja colocar na pasta | Arquivo Arquivo.doc Arquivo.xls | Arquivo.jpg Arquivo.doc Arquivo.xls | Arquivo Arquivo.doc Arquivo.doc |

Assinale a alternativa que contém a(s) situação(ões) que é(são) válida(s) no MS-Windows 7.

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 1 e 2.

- c) Apenas 2.
- d) Apenas 3.
- e) 1, 2 e 3.

7. VUNESP 2017 | TCE-SP | Agente de Fiscalização

Suponha um computador com o MS-Windows 7, um HD interno e um mouse, todos em suas configurações padrão. Uma das formas de colocar diretamente uma cópia de um arquivo na pasta B, sendo que esse arquivo encontra-se originalmente na pasta A desse HD, sem apagá-lo da pasta A, é arrastando-o. Para tanto, deve-se selecionar o arquivo, manter pressionada uma tecla e manter pressionado um dos botões do mouse. Essa tecla e o botão são, respectivamente:

- a) ALT e esquerdo.
- b) SHIFT e direito.
- c) CTRL e esquerdo.
- d) ALT e direito.
- e) CTRL e direito.

8. VUNESP 2017 | TCE-SP | Agente de Fiscalização

No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, pode-se alternar entre a janela ou os programas que estejam abertos, por meio do pressionamento da combinação de teclas:

- a) ALT+TAB
- b) WINKEY+ESC
- c) CTRL+TAB
- d) WINKEY+ CTRL
- e) CTRL+ESC

9. VUNESP 2018 | IPSM | Analista de Gestão / Contabilidade

Observe a imagem a seguir, retirada do aplicativo acessório padrão Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, que mostra uma lista de arquivos em uma pasta qualquer.



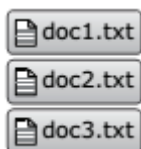
Um usuário clica com o botão principal do mouse no arquivo “arq1.bmp” e, mantendo a tecla SHIFT do teclado pressionada, clica em “arq6.pptx” e, ainda com a tecla SHIFT pressionada, clica em “arq4.txt”.

O número de arquivos que permanecerão selecionados após as ações descritas é

- a) 1. b) 2. c) 3. d) 4. e) 6.

10. VUNESP 2018 | IPSM | Assistente de Gestão Municipal

A imagem a seguir foi feita no Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, e mostra 3 arquivos selecionados.

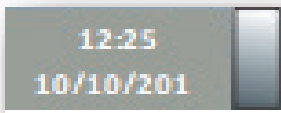


Ao apertar a tecla Enter, com os 3 arquivos selecionados,

- a) apenas o primeiro arquivo (doc1.txt) será aberto.
- b) apenas o último arquivo (doc3.txt) será aberto.
- c) nenhum arquivo será aberto.
- d) todos os arquivos serão abertos
- e) uma janela de confirmação de ação será aberta.

11. VUNESP 2018 | IPSM | Assistente de Gestão Municipal

Observe a imagem a seguir, retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



A parte mais à direita na imagem tem a funcionalidade de

- a) abrir o Menu Iniciar.
- b) mostrar a Área de Trabalho.
- c) ajustar data.
- d) ajustar hora.
- e) bloquear a tela.

12. FADESP 2017 COSANPA - Engenheiro Civil

O Cortana, assistente virtual da Microsoft que permite que o usuário faça consultas e pedidos por meio de interação por voz ou texto, está disponível, em português, no

- a) Windows XP.
- b) Windows 7.
- c) Windows 8.
- d) Windows 10.

| | | | | | |
|-----|-----|-----|------|------|------|
| 1-E | 2-C | 3-A | 4-A | 5-A | 6-B |
| 7-C | 8-A | 9-D | 10-D | 11-B | 12-D |

Bateria 02 de Questões Windows

Obs.: As questões que se referem a versões anteriores, também se aplicam ao Windows 10

01 - Consulplan CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ 2017 - ALMOXARIFE

“No Sistema Operacional Microsoft Windows 10 (configuração padrão), um usuário está tentando renomear uma pasta onde armazena os seus arquivos de música.” É um nome válido para o diretório, APENAS o que foi apresentado em

- A) musicas:2017. B) musicas|2017. C) musicas#2017. D) musicas*2017.

02- Consulplan CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ 2017 - ALMOXARIFE

No Sistema Operacional Microsoft Windows 10 (Configuração Padrão – idioma Português Brasil), as teclas de atalho utilizadas para fechar a janela atual são:

- A) Ctrl+F. B) Ctrl+E. C) Ctrl+S. D) Ctrl+W.

03 - (CONSULPLAN 2008 – Pref. Manhumirin)

O relógio do Windows XP aparece no canto direito inferior da tela. Este local tem o nome de:

- a) Área de trabalho
- b) Barra de Status
- c) Barra de Ferramentas.
- d) Inicialização Rápida.
- e) Área de Notificação

04 - (CONSULPLAN 2010 MUNICÍPIO DE REZENDE RJ)

Na organização de arquivos com o Windows Explorer, assinale a alternativa que descreve **INCORRETAMENTE** a função de teclas de atalho:

- A) F5 – Atualizar exibição.
- B) F2 – Renomear um arquivo selecionado.
- C) Shift + Delete – Excluir permanentemente um arquivo selecionado.
- D) Delete – Mover arquivo selecionado para a lixeira.
- E) Ctrl + T – Selecionar todo o conteúdo do diretório atual.

05 - (CONSULPLAN 2011 CESAN)

O Windows é o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, criado em 1981, pela empresa Norte Americana, Microsoft. O produto tinha como objetivo o desenvolvimento de um Gerenciador de Interface Gráfica, possibilitando o uso do mouse em uma interface cheia de janelas. São características do Microsoft Windows XP:

- A) Sistema Operacional monotarefa e monousuário.
- B) Sistema Operacional multitarefa e monousuário.
- C) Sistema Operacional monotarefa e multiusuário.
- D) Sistema Operacional multitarefa e multiusuário.
- E) Sistema Operacional multitarefa e com Kernel aberto.

06. 2016 CRO – SC Advogado

O Microsoft Windows 10 introduziu em uma de suas atualizações um agente digital que com a função de ajudar o usuário a realizar tarefas como enviar lembretes com base na hora, em locais ou em pessoas; rastrear pacotes, interesses e voos; enviar e-mails e SMSs; gerenciar o calendário; criar e gerenciar listas; encontrar fatos, arquivos, locais e informações. Esse agente digital pode ser controlado por voz ou pelo teclado e seu nome é:

- a) Siri.
- b) Talk.
- c) Edge.
- d) Cortana.

GABARITO

| | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1 - C | 2 - D | 3 - E | 4 - E | 5 - D | 6 - D |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Sobre perdão e cultura

Toda reflexão se torna mais rica com o passar do tempo. O caso da egípcia constrangida por um médico brasileiro gerou um intenso debate. Porém, poucos levaram em conta um pano de fundo essencial para compreender as suas consequências: a cultura onde ela está inserida. A situação revelou uma profunda ignorância sobre aquela sociedade.

Quer ver? Se ocorresse do lado de cá dos trópicos, é provável que esse episódio até passasse despercebido. Seria, para alguns, um ato vulgar travestido de brincadeira ou, ainda, um linguajar folgado de quem está habituado a uma "sacanagem inocente". Há um fator que muda tudo: a jovem vendedora é

Ela teve seu rosto exposto, sem autorização, milhões de vezes pelo mundo E, como não houve filtro, ela foi vítima de interpretações distintas. Por muito menos, ela poderia ser banida da sociedade por representar uma vergonha ____ sua família e ____ futuras gerações.

Não por acaso, uma autoridade local teve de reforçar num programa de TV que ela era a vítima, e não a culpada. Era um recado ao seu mundo e ____ própria autoconfiança da moça. A mesma matéria jornalística trouxe o célere trabalho dos ativistas, a repercussão internacional, os trâmites jurídicos, os pedidos de desculpas.

Filha de pai árabe, sei como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno. Quase heroico. Os trouxeram lições sobre busca frenética de seguidores e falta de empatia. Mas o médico sofreu consequências, brandas ou não, e pediu perdão — e ele foi aceito por aquela moça. Isso é verdadeiramente elevado. A força da sua fé nos ensinou muito sobre tolerância, respeito e humanidade. O mundo todo é grato ____ ela, pelo exemplo. Shukram!

(Por Soraia Hanna, jornalista e sócia-diretora da Critério, Zero Hora, publicado em 6/06/2021 - 10h38min)

QUESTÃO 01 - As lacunas do texto devem ser preenchidas corretamente e respectivamente

- A) a – à – a – à.
- B) à – a – à – a.
- C) à – à – à – à.
- D) a – à – à – a.
- E) à – a – a – à.

QUESTÃO 02 - As lacunas **pontilhadas** devem ser preenchidas respectivamente e corretamente por

- A) mussulmana – a fora – holofortes.
- B) mulçumana – a fora – holofotes.
- C) muçulmana – afora – holofortes.
- D) muşçulmana – a fora – holofortes.
- E) muçulmana – afora – holofotes.

QUESTÃO 03 - Com base nos dois primeiros parágrafos pode-se afirmar que

- A) O meio em que se está molda a comunicação.
- B) A brincadeira foi aceita com o tempo.
- C) A maioria julgou o ato vulgar e travestido de brincadeira.
- D) Somos todos ignorantes sobre a sociedade egípcia.
- E) O médico é acostumado a um linguajar folgado.

QUESTÃO 04 - Assim como “egípcia”, qual outro vocábulo abaixo é acentuado pela mesma regra:

- A) Vítima.
- B) Genuíno.
- C) Episódio.
- D) Jornalística.
- E) Trâmites.

QUESTÃO 05 - Marque a alternativa foneticamente correta:

- a) Em “reflexão” ocorre um encontro consonantal.
- b) Em “intenso” ocorrem dois dígrafos consonantais.
- c) Em “sacanagem” ocorre um dígrafo vocálico.
- d) Em “trouxeram” ocorre um encontro consonantal e dois ditongos.
- e) Em “linguajar” ocorre um dígrafo vocálico e um vocálico consonantal respectivamente.

QUESTÃO 06 - Em se tratando de Formação de palavras, marque a alternativa com a classificação INCORRETA.

- A) autorização – derivação por sufixação.
- B) internacional – composição por justaposição.
- C) despercebido – derivação prefixal.
- D) essencial – derivação sufixal.
- E) autoconfiança – derivação prefixal.

QUESTÃO 07 - Pode-se compreender no texto que

- A) A exposição indevida da moça poderia lhe custar uma expulsão ditatorial.
- B) A iniciativa de um programa de TV revelou que a moça era a vítima.
- C) A matéria jornalística contratou ativistas para buscar o perdão à moça.
- D) O médico brasileiro participou de um intenso debate num programa egípcio.
- E) Consequências brandas foram aplicadas ao médico nesse episódio.

QUESTÃO 08 - O verbo sublinhado no segundo parágrafo está conjugado no

- A) Pretérito perfeito do subjuntivo.
- B) Futuro do pretérito do indicativo.
- C) Pretérito imperfeito do subjuntivo.
- D) Pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
- E) Pretérito imperfeito do indicativo.

QUESTÃO 09 - Ao pluralizar a palavra “ato” na seguinte estrutura: “Filha de pai árabe, sei como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno. Quase heroico.” Quantas outras deveriam alterar para manter a concordância verbal e nominal do trecho.

- A) 02.
- B) 03.
- C) 04.
- D) 05.
- E) 06.

QUESTÃO 10 - A conjunção “porém”, contida no **primeiro** parágrafo, pode ser substituída sem alteração de ideia e quebra gramatical por

- A) Portanto.
- B) Porquanto.
- C) Mas.
- D) Posto que.
- E) Entretanto.

QUESTÃO 11 - Em relação às pontuações do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I – A vírgula, hachurada no **segundo** parágrafo, marca uma oração subordinada deslocada.
- II – As vírgulas hachuradas, no **terceiro** parágrafo, NÃO podem ser substituídas por travessões.
- III – A vírgula hachurada no último parágrafo separa elementos justapostos.

Marque a(s) correta(s):

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) A I e III.
- D) A II e III.
- E) TODAS.

QUESTÃO 12 - Qual a função sintática do vocábulo “que” marcado no segundo parágrafo:

- A) Sujeito.
- B) Objeto direto.
- C) Objeto indireto.
- D) Predicativo.
- E) Adjunto Adnominal.

QUESTÃO 13 - Em “sei como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno.”. Passando a estrutura para discurso indireto:

- A) A autora disse que sei como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno.
- B) A autora disse que sabia como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno.
- C) A autora disse que soube como o ato dessa mulher era corajoso e genuíno.
- D) A autora disse que sabe como o ato dessa mulher foi corajoso e genuíno.
- E) A autora disse que sabia como o ato dessa mulher fora corajoso e genuíno.

TEXTO 02

A cultura como política pública

Quando pensamos em **cultura**, logo surgem diversas relações em nossa mente: a cultura como belas artes (música, teatro, cinema, dança), modos de vida e costumes regionais ou nacionais, patrimônio histórico. Também vem à mente a ideia da pessoa culta: aquele indivíduo **que** detém amplo conhecimento sobre variados assuntos.

De fato, todos esses aspectos – e muitos outros – fazem parte do que se entende por cultura. São símbolos passados de geração em geração e incorporados aos costumes dos grupos sociais, cada qual a seu modo. Nesse sentido, a cultura pode ser vista por variados ângulos **pois** é um conceito amplo e que abrange diversos significados. No tópico abaixo, vamos tratar de um deles: **a cultura como política pública**, inserida na perspectiva cidadã.

Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), concebe-se a cultura como um direito a ser preservado. Desse modo, observa-se **que** a cultura é discutida a nível supranacional, como pode ser visto através de organizações e documentos internacionais.

Em 2004, foi elaborado um documento chamado **Agenda 21 da Cultura**, visando ao comprometimento dos governos locais no que diz respeito ao desenvolvimento cultural e assim formular políticas públicas de cultura. O foco da Agenda 21 é a descentralização de tais políticas e de seus recursos. O documento traz a recomendação de que as nações destinem no mínimo **1% de seu orçamento nacional para a cultura**. Ademais, dá-se prioridade aos setores considerados com grande vulnerabilidade social e econômica.

Em âmbito nacional, a Constituição de 1988 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso __ fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará __ valorização e __ difusão das manifestações culturais”. Desse modo, todo cidadão brasileiro deve ter direito __ cultura.

Aproximadamente trinta anos após este artigo ser inserido na Constituição, a cultura está disponível para quem? Será para aqueles com baixo recursos financeiros? Ou para cidades do interior fora dos grandes eixos de produção cultural? E os portadores de deficiência, conseguem visitar teatros, museus e centros históricos sem estrutura adaptada? Todas as formas culturais possuem seu espaço?

Sabemos que muitas vezes a resposta a essas questões é não. Por essa razão, é primordial se falar em cidadania cultural e na democratização do acesso à cultura em todas as suas dimensões, sem preconceitos. Seja erudita ou popular, belas artes ou não, a cultura precisa ter espaço para se manifestar em suas diferentes formas.

(www.politize.com.br/cultura-como-politica-publica/aceso em 16 out _adaptado)

QUESTÃO 14 - As lacunas **do quinto parágrafo** do texto 2 devem ser preenchidas corretamente e respectivamente

- A) à – a – à – a.
- B) a – a – a – à.
- C) à – à – à – à.
- D) a – à – à – à.
- E) à – a – à – à.

QUESTÃO 15 -O nexos “que”, marcado **no terceiro** parágrafo introduz uma oração

- A) Subordinada adverbial consecutiva.
- B) Subordinada substantiva objetiva direta.
- C) Subordinada adverbial conclusiva.
- D) Subordinada substantiva subjetiva.
- E) Subordinada adjetiva restritiva.

QUESTÃO 16 - Com base nas ideias do texto, analise as assertivas abaixo

- I. Há mais do que uma definição sobre cultura no texto que se diferem no uso e no contexto em que são inseridas.
- II. O objetivo do texto é determinar cada tipo de cultura que melhor cabe aos cidadãos.
- III. A cultura é um assunto que transcende o governo de cada nação.

Quais estão corretas

- A) Somente a I.
- B) Somente a II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Somente a III.

QUESTÃO 17 - Reescrevendo a oração sublinhada no **segundo parágrafo** na voz ativa, tem-se a estrutura correta em:

- A) Pode-se ver a cultura por variados ângulos.
- B) Podem ver a cultura por variados ângulos.
- C) Veem-se a cultura por variados ângulos.
- D) A cultura pode ser vista por variados ângulos.
- E) Pode ver a cultura por vários ângulos.

QUESTÃO 18 - Se no trecho “Também vem à mente a ideia da pessoa culta: aquele indivíduo que detém amplo conhecimento sobre variados assuntos.” Pluralizássemos o vocábulo “ideia” quantas outras precisariam flexionar a fim de concordância nominal e verbal.

- A) 2.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 8.
- E) 10.

QUESTÃO 19 - Analisando a oração “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” Pode-se afirmar que existem quantos adjuntos adnominais

- A) 2.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 7.
- E) 8.

QUESTÃO 20 - Analise as assertivas abaixo

- I. Os travessões, segundo parágrafo, não podem ser substituídos por vírgulas.
- II. O nexos *pois*, marcado no segundo parágrafo, pode ser substituído por *porquanto* sem alteração do sentido original do texto.
- III. Caso inseríssemos uma vírgula antes de *que*, marcado no primeiro parágrafo, não geraria erro gramatical.

Qual (is) está (ão) incorreta(s)?

- A) Somente a I.
- B) Somente a II.
- C) Somente a III.
- D) I e III.
- E) II e III.

NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 21 - Segundo as disposições do Art. 60 da Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda à referida Constituição com o propósito de abolir:

- I. A forma federativa de Estado.
 - II. O voto direto, secreto, universal e periódico.
 - III. A separação dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Quais estão corretas?
- A) Apenas I e II.
 - B) Apenas I e III.
 - C) Apenas II e III.
 - D) Apenas II.
 - E) I, II e III.

QUESTÃO 22 - De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelo _____, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Conselho Municipal de Controle Externo.
- B) Poder Legislativo Municipal.
- C) Tribunal de Contas da União.
- D) Tribunal de Contas do Estado.
- E) Tribunal de Contas do Município.

QUESTÃO 23 - Baseado no Art. 4º Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. Independência nacional.
- II. Prevalência dos direitos humanos.
- III. Suspensão da liberdade de reunião.
- IV. Não intervenção.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24 - Segundo a Lei Complementar Nº 11.742/2002 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia de Estado, o Sistema de Advocacia de Estado possui os seguintes órgãos:

- A) Procuradoria-Geral do Estado, Coordenação-Geral das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta e as Procuradorias Setoriais.
- B) Tribunal de Justiça do Estado, Desembargadores e Juízes de Direito.
- C) Tabeliães, Notários e Juízes de Paz.
- D) Procuradoria-Geral de Justiça, Procuradores de Justiça e Procuradores do Estado.
- E) Tribunal de Contas do Estado, Governador do Estado e Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 25 - Nos termos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul Competem à Procuradoria-Geral do Estado a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, além de outras atribuições que lhe forem cometidas por lei, especialmente:

- I. Propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta;
- II. Pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração estadual;
- III. Promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado;
- IV. Realizar processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei, emitindo pareceres nos que forem encaminhados à decisão final do Governador;

Estão corretas somente as assertivas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I a IV.

QUESTÃO 26 - Sobre a Lei Complementar nº 10.098/94, é correto afirmar:

- A) À servidora que adotar criança de 03 anos de idade será devida licença remunerada por 120 dias.
- B) Contará para fins de promoção por merecimento o tempo em que o servidor se afasta do exercício das atribuições do cargo efetivo para exercer cargo de provimento em comissão.
- C) O servidor devidamente investido em cargo público que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado.
- D) A gratificação de permanência em serviço corresponde a 30% do vencimento básico do servidor que adquirir direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais.
- E) A promoção não é considerada forma de provimento.

QUESTÃO 27 - Sobre licenças previstas na Lei Complementar nº 10.098/94, é incorreto afirmar:

- A) A licença devida ao servidor, para tratamento da própria saúde, não durará mais do que 24 (vinte e quatro) meses.
- B) Para concessão de licença e tratamento ao servidor, em razão de acidente em serviço ou agressão não-provocada no exercício de suas atribuições, é indispensável a comprovação detalhada do fato, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência, mediante processo "ex-officio".
- C) A licença devida ao servidor por motivo de pessoa na família será concedida com 1/3 (um terço) da remuneração, no período que exceder a 180 (cento e oitenta) e não ultrapassar a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- D) A licença para tratar de interesses particulares será concedida por até 03 (três) anos ao servidor estável.
- E) O servidor que concorrer a mandato público eletivo será licenciado na forma da legislação eleitoral.

QUESTÃO 28 - Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul é correto afirmar:

- A) A lei reservará percentual de cargos e definirá critérios de admissão das pessoas portadoras de deficiências.
- B) Integrará a inspeção médica que precede a posse o exame psicotécnico, que terá caráter informativo.
- C) Na ocasião do exercício, o servidor deverá apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- D) Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado com base nos seguintes requisitos: pontualidade, eficiência, disciplina, responsabilidade e capacidade de iniciativa.
- E) Somente poderá concorrer à promoção o servidor que não tiver sido punido nos últimos 12 (doze) meses com pena de advertência.

QUESTÃO 29 - De acordo com o Estatuto do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul, o prazo para apresentação de defesa de servidor público em inquérito administrativo, em sindicância, e em processo administrativo disciplinar devido a ausências excessivas ao serviço é de, respectivamente:

- A) 10 dias, 3 dias úteis, 5 dias.
- B) 10 dias, 3 dias, 5 dias.
- C) 20 dias, 5 dias úteis e 10 dias.
- D) 5 dias úteis, 3 dias úteis e 3 dias úteis.
- E) 20 dias, 5 dias e 10 dias.

QUESTÃO 30 - De acordo com a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que:

- A) A lei assegurará aos servidores públicos estaduais, após cada quinquênio de efetivo exercício, o direito ao afastamento, por meio de licença para participar de curso de capacitação profissional que guarde pertinência com seu cargo ou função, com a respectiva remuneração, sem prejuízo de sua situação funcional, por até 2 (dois) meses, não acumuláveis, conforme disciplina legal, vedada a conversão em pecúnia para aquele servidor que não a requerer, na forma da lei.
- B) A Administração terá o prazo de 3 (três) meses, contado da data de requerimento do pedido pelo servidor, para a concessão da licença capacitação, sendo que, em caso de descumprimento do prazo, haverá a conversão em pecúnia.
- C) É facultado atribuir aos servidores da administração pública qualquer gratificação de equivalência superior à remuneração fixada para os cargos ou funções de confiança criados em lei.
- D) O pagamento da remuneração mensal dos servidores públicos do Estado e das autarquias será realizado até o último dia útil do mês do trabalho prestado.
- E) As obrigações pecuniárias dos órgãos da administração direta e indireta para com os seus servidores ativos e inativos ou pensionistas não cumpridas até o quinto dia útil do mês da aquisição do direito deverão ser liquidadas com valores atualizados pelos índices aplicados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos do Estado.

QUESTÃO 31 - Não é assegurado ao servidor público estadual, na forma da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

- A) O atendimento gratuito de seus filhos e dependentes de zero a seis anos em creches e pré-escolas, na forma da lei.
- B) A duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada conforme o estabelecido em lei.
- C) Quando adotante, os direitos que assistem ao pai e à mãe naturais, na forma a ser regulada por lei.
- D) A redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- E) A proibição de diferenças de remuneração, de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

QUESTÃO 32 - Segundo a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que

- A) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, devendo haver coabitação entre as partes.
- B) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, devendo haver vínculo familiar entre as partes, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- C) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, exceto o dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- D) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- E) Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor obrigatoriamente conviva com a ofendida, devendo haver coabitação entre as partes.

QUESTÃO 33 - Pode-se afirmar nos termos da Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha) que referente ao atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- A) Garantir sempre proteção policial, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- B) Sempre encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- C) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, independentemente de haver risco de vida.
- D) Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
- E) Informar à ofendida e ao ofensor os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento por qualquer das partes perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável.

QUESTÃO 34 - No início de seu mandato, o vereador X salientou que, em obediência à Constituição Federal, a Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 13.694/2011 afirma que cabe ao Poder Público realizar ações para que a população negra tenha igualdade de acesso ao ensino público, além de outros tantos atos destinados a valorizar a cultura do povo negro. Assinale a alternativa que NÃO estiver contida na Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 13.694/2011 quando se fala do direito à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer.

- A) Uma das formas de promoção do acesso ao ensino público à população negra é por meio das ações afirmativas.
- B) O ensino da capoeira deve ser oportunizado em escolas públicas e privadas.
- C) Afirma textualmente a legislação que a promoção de políticas por meio do Poder Público que tratem da valorização de pintura do grafite deve desestimular artes que atentem contra costumes sociais consolidados.
- D) As escolas públicas devem realizar palestras específicas em datas comemorativas de situações históricas da população negra.
- E) Cabe ao Estado apoiar meios e espaços que desenvolvam atividades esportivas e de lazer à população negra.

QUESTÃO 35 - Sobre o direito à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer, previsto no Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011, do Rio Grande do Sul), assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Público promoverá políticas e programas de ação afirmativa que assegurem igualdade de acesso ao ensino público para os negros, em todos os níveis de educação, proporcionalmente a sua parcela na composição da população do Estado, ao mesmo tempo em que incentivará os estabelecimentos de ensino privado a adotarem tais políticas e programas.
- B) O Estado poderá promover o acesso dos negros ao ensino gratuito, às atividades esportivas e de lazer ou, alternativamente, apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social desta parcela da população.
- C) Nas datas comemorativas de caráter cívico, as instituições públicas e privadas de ensino deverão inserir nas aulas, palestras, trabalhos e atividades afins, dados históricos sobre a participação dos negros nos fatos comemorados.
- D) As instituições de ensino deverão respeitar a diversidade racial quando promoverem debates, palestras, cursos ou atividades afins, independentemente do convite de negros para discorrer sobre os temas apresentados.
- E) Nas instituições de ensino, públicas e privadas, deverá ser oportunizado o aprendizado e a prática da capoeira, como atividade esportiva, cultural e lúdica, sendo obrigatória a participação dos mestres tradicionais de capoeira para atuarem como instrutores desta arte-esporte.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 36 - O termo que é uma abreviação da expressão dígito binário, sendo a menor unidade usada na computação e na teoria da informação para medir a transferência ou armazenamento de informação digital é o

- A) bit.
- B) cd.
- C) digt.
- D) Hertz.
- E) Byte.

QUESTÃO 37 - Ataque que possui uma central de controle de comando, responsável por disparar “ordens” para que computadores “parasitas” obedeçam é o:

- A) Backdoor.
- B) Botnet.
- C) Keylogger.
- D) Rootkit.
- E) Worm.

QUESTÃO 38 - Através do painel de controle, no Windows, podemos:

- I. Alterar o tema da Área de trabalho.
- II. Desinstalar programas.
- III. Alterar o idioma utilizado no computador.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 39 - Para inserir “Notas de fim”, no Word, devemos clicar em qual Guia?

- A) Guia Inserir.
- B) Guia Referências.
- C) Guia Revisão.
- D) Guia Layout.
- E) Guia Exibição.

QUESTÃO 40 - No Google Chrome, quando a sincronização está ativada:

- I. Sua conta será conectada automaticamente ao Gmail, YouTube, Pesquisa e outros serviços do Google. Se você fez login antes de ativar a sincronização, sua conta permanecerá conectada.
- II. Se você trocar de dispositivo, por exemplo, se perder seu smartphone ou comprar um laptop novo, não poderá recuperar as informações sincronizadas.
- III. Você poderá ver e atualizar as informações sincronizadas em todos os seus dispositivos, como favoritos, histórico, senhas e outras configurações.
- IV. Se a opção Atividade na Web e de apps estiver ativada, sua experiência em outros produtos do Google será personalizada com a inclusão do seu histórico do Chrome.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

| GABARITOS | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Língua Portuguesa | | | | | | | | | |
| 1 - B | 2 - E | 3 - A | 4 - C | 5 - D | 6 - B | 7 - A | 8 - C | 9 - D | 10 - E |
| 11 - C | 12 - A | 13 - E | 14 - B | 15 - D | 16 - C | 17 - B | 18 - A | 19 - C | 20 - A |
| Noções de Direito e Legislação | | | | | | | | | |
| 21 - E | 22 - B | 23 - C | 24 - A | 25 - E | 26 - E | 27 - D | 28 - A | 29 - A | 30 - D |
| 31 - B | 32 - D | 33 - D | 34 - C | 35 - A | - | - | - | - | - |
| Informática | | | | | | | | | |
| 36 - A | 37 - B | 38 - E | 39 - B | 40 - C | - | - | - | - | - |